



Espaço Livre. Vol. 9, num. 17, jan. jun./2014.

Nº 17

Korsch! Poderia dar uma explicação sobre o que é o marxismo? A questão é que ouço tanta coisa sobre isso que já estou confusa!



Claro Mafalda! O marxismo autêntico, ou seja, o verdadeiro marxismo, nada mais é do que a expressão teórica do movimento revolucionário do



É... Pelo jeito o mundo está cheio de falsificadores, porque ando ouvindo cada besteira sobre isso por aí...

ISSN 2316-3011

Revista Espaço Livre

Espaço Livre. Vol. 9, num. 17, jan. jun./2014.

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

ISSN 2316-3011

Capa: Imagem: Mafalda, personagem de Quino. À direita, Karl Korsch. Texto dos balões criado pelo Conselho Editorial da Espaço Livre.

Conselho Editorial

Edmilson Marques/UEG
Jacira Reis Veiga/UFMG
Lisandro Braga/UFMS-UFMG

Conselho Consultivo

Adriano José/GDF	José Santana da Silva/UEG
André de Melo Santos/UFMG	Juversino de Jesus Júnior/UEG
Cleinaldo Pereira dos Santos/SME	Leonardo Venicius Proto Parreira/UEG-UFMG
Cleito Pereira dos Santos/UFMG	Lisandro Braga/UFMS-UFMG
Deivid Carneiro Ribeiro/IFG	Lucas Maia Santos/IFG
Diego Marques dos Anjos/UNB	Marcos Augusto Marques Ataiades/UEG
Edmilson Borges/UFMG	Maria Angélica Peixoto/IFG
Edmilson Marques/UEG	Mateus Ório/UFMG
Erisvaldo Souza/UEG-IFG	Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ
Felipe Corrêa Pedro/USP-ITHA	Nildo Viana/UFMG
Fernando Lima Neves/USP	Ovil Bueno Fernandes/UEG
Flávio Pereira Diniz/UFMG	Renato Dias de Souza/UEG
Gabriel Teles Viana/UFMG	Thiago Lemos da Silva/UFU
Jean Isídio dos Santos/UFMG	Uelinton Barbosa Rodrigues /UEG
Jacira Reis Veiga/UFMG	Veralúcia Pinheiro/UEG
João Alberto da Costa Pinto/UFMG	Weder David de Freitas/IFG
João Gabriel da Fonseca Mateus/UFMG	Wellington Rodrigues/UFMG
José Nerivaldo Pimenta da Silva/IFG	

EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e serem submetidos para avaliação através da página da revista, que pode ser acessada por este link <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

SUMÁRIO

Apresentação	05
A Dialética de Marx	07
<i>Karl Korsch</i>	
As Metamorfoses do Marxismo	12
<i>Steven Gouldner</i>	
Exploração do trabalho na acumulação integral: estratégias para contornar a crise no processo de valorização do capital	20
<i>Diego Marques Pereira dos Anjos</i>	
O capital fonográfico e a formação do gosto musical	37
<i>Nildo Viana</i>	
Jovens e violência na sociedade de classes	50
<i>Veralúcia Pinheiro</i>	
A Práxis Revolucionária de Rosa Luxemburgo	58
<i>Gabriel Teles Viana</i>	

APRESENTAÇÃO

O capitalismo está à beira do abismo. Falta pouco para desabar e dar lugar a uma nova sociedade, onde os seres humanos desfrutarão da verdadeira liberdade e será definitivamente emancipado dos grilhões que nesta sociedade atual o impede de avançar. A emancipação humana, no entanto, não cairá do céu, nem mesmo será obra de uma mente brilhante. Esta é uma tarefa histórica a ser cumprida pelo proletariado com o auxílio de outras classes exploradas e oprimidas.

Enquanto este momento não chega, impõe-se, no entanto, a necessidade da luta, a luta que aponte para o processo de transformação social, a luta autogestionária. É preciso reforçá-la e intensificar o trabalho pela autogestão para que consiga atingir uma dualidade de forças e se torne equivalente ao ponto do proletariado dar o golpe final e finalmente quebrar os sustentáculos que mantém o domínio da burguesia.

Antes de mais nada é necessário superar as ilusões. Estas só servem para uma coisa, manter as coisas como estão e contribuir com a perpetuação da sociedade de classes. A superação das ilusões requer perspicácia, rigor e desejo pela verdade. Nesse sentido, impõe-se a necessidade da teoria revolucionária. Esta é a ferramenta indispensável na luta contra todas as deformações que a burguesia e seus auxiliares vêm promovendo da consciência revolucionária do proletariado, e também, o meio de ter acesso ao projeto de sociedade desenvolvido por esta classe, através do qual demonstrou na prática, na realidade, o processo para efetivar a emancipação humana, o meio de abolir definitivamente a história que perdura até o atual o momento, a história da luta de classes.

É nesta direção que nos encontramos com a razão de ser da Revista Espaço Livre. Esta é uma proposta do Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural para servir como ferramenta para fortalecer a luta pela transformação social. Ao Conselho Editorial impõe a tarefa de proporcionar ao leitor, momentos de lucidez e clareza diante dos fenômenos sociais que nos cercam. Mais do que isso, buscamos contribuir para que o próprio leitor venha integrar a luta por uma nova sociedade. É nesse sentido que propomos um espaço que seja o protótipo desta nova sociedade proposta pelo proletariado, ou seja, uma sociedade livre. Livre, porém, não significa aceitar qualquer coisa, uma vez que isso poderia oferecer à burguesia mais um espaço para reproduzir suas ideias, conseqüentemente, contribuir para a reprodução de seus interesses. Não é este o objetivo que propomos. O

objetivo é a liberdade. E um espaço livre, pressupõe concepções que sejam livres das amarras e limites da consciência burguesa.

Os textos publicados neste espaço são selecionados para corresponderem a este objetivo. Alguns avançam mais do que outros, apresentam mais clareza, o que é normal e uma sociedade de classes, onde a burguesia consegue tornar dominantes os seus próprios valores, promovendo a contradição, em alguns mais em outros menos, na manifestação dos valores autênticos que persistem em se manter vivos e aos solavancos buscam se ascender.

O atual número da Espaço Livre traz um conjunto de textos que caminha nesta direção. São textos que discutem temas distintos, porém, buscam abordar fenômenos existentes no capitalismo e contribuem, cada um à sua maneira, para a luta do proletariado. Nós, do Conselho Editorial da Espaço Livre, desejamos à você uma boa leitura.

A Dialética de Marx

Karl Korsch*

A enorme importância de que se reveste a obra teórica de Karl Marx para a prática da luta de classe proletária consiste em ele ter reunido pela primeira vez formalmente numa unidade sólida, na totalidade viva de um sistema científico, todo o conteúdo das ideias novas que transcendem o horizonte burguês e surgem inelutavelmente na consciência do proletariado a partir da sua situação social. Karl Marx não criou o movimento proletário (como imagina muito a sério muito burguês adorador do diabo). Também não criou a consciência de classe proletária; mas deu ao seu conteúdo novo a expressão teórica e científica apropriada e elevou, assim, ao mesmo tempo, esta consciência proletária a um nível superior. A tradução das concepções de classe "naturais" do proletariado em conceitos e proposições teóricas e a sua poderosa sistematização do "socialismo científico" não devem entender-se de forma alguma como simples "reflexo" do movimento histórico real do proletariado. São antes componentes imprescindíveis desse processo histórico real ele próprio. O movimento histórico do proletariado não se podia tornar "autônomo" nem "unitário" sem que se formasse uma consciência proletária autônoma e unitária. Assim como o movimento proletário amadurecido e organizado no plano político e econômico, nacional e internacional, se distingue dos primeiros movimentos e convulsões dispersos e desorganizados do proletariado, também o "socialismo científico" se distingue, como "consciência de classe organizada do proletariado", dos sentimentos e ideias difusos e informes em que a consciência proletária encontra a sua primeira expressão imatura. Mesmo numa perspectiva prática, a constituição teórica do socialismo em ciência levada a cabo por Karl Marx no Manifesto Comunista e no O Capital mostra-se portanto, como um elemento absolutamente necessário no contexto do grande processo de evolução histórica em que o movimento proletário se desprende pouco a pouco do movimento revolucionário burguês do "terceiro estado" e o proletariado se constituiu em classe autônoma e unitária. Só assumindo a forma de uma "ciência" rigorosa é que o conteúdo das ideias proletárias que foram o conteúdo do "socialismo moderno" pôde purificar-se radicalmente das ideias burguesas a que começara por estar inseparavelmente ligado pela sua origem e que o socialismo transformado em "ciência" pôde então cumprir verdadeiramente a missão de

* Texto publicado pelo autor em março de 1923.

Karl Marx e Friedrich Engels lhe consignaram: investigar, enquanto "expressão teórica" da ação revolucionária do proletariado, as condições históricas e a natureza desta ação e, assim, "elevar a classe que, hoje oprimida, é chamada a agir à consciência das condições e natureza da sua própria ação".

Ao caracterizar-mos, na exposição precedente, o significado prático da forma científica do socialismo moderno ou marxista, definimos também já, ao mesmo tempo, o significado do método dialético utilizado por Karl Marx. É que, se é certo que o conteúdo do socialismo científico existia anteriormente à sua elaboração científica, como concepção informe (concepção proletária de classe), não é menos certo que a forma científica que este conteúdo reveste nas obras de Marx e Engels, quer dizer, o "socialismo científico" propriamente dito, foi essencialmente produto do modo de pensar a que Marx e Engels chamaram o seu "método dialético". E não o foi graças a um acaso histórico, como muitos "marxistas" contemporâneos gostariam de imaginar, o que implicaria, portanto, que as proposições científicas que Karl Marx produziu com a aplicação do seu "método dialético" poderiam hoje, ao serem reproduzidas, ser à vontade separadas desse método, porventura já tornado absolutamente antiquado pelo progresso que se verificou entretanto nas ciências, e que a sua substituição por outro método seria hoje, portanto, não só possível como até absolutamente necessária. Quem assim fala não compreendeu precisamente o mais importante da dialética marxista. Como poderia, de outra forma, passar-lhe pela cabeça que, nos nossos dias, numa época em que a luta de classes se agudiza em todas as esferas da vida social (e, portanto, também da chamada vida espiritual), se poderia abandonar o "método essencialmente crítico e revolucionário" que Karl Marx e Friedrich Engels opuseram, como método novo da ciência proletária, ao "modo de pensar metafísico", ao mesmo tempo que à estreiteza de vistas específica dos últimos séculos" e a todas as formas anteriores de "dialética" (especialmente à dialética idealista de Fichte-Schelling-Hegel). Só quem absolutamente não vê que há uma diferença essencial entre a "dialética proletária" de Marx e todo o outro modo de pensar (metafísico e dialético) e que essa dialética representa o único modo de pensar em que o conteúdo novo das ideias proletárias, formadas na luta de classes, pode encontrar uma expressão teórica e científica que corresponda à sua verdadeira natureza, só quem não vê tudo isto pode lembrar-se de que este modo de pensar dialético, porque representaria "apenas a forma" do socialismo científico, seria, pois, também "algo de exterior e indiferente ao objeto", de forma que, por conseguinte, o mesmo conteúdo conceptual objetivo se poderia exprimir tão bem ou até melhor noutra forma. Isto é muito parecido

com o que se passa quando certos "marxistas" dos nossos dias imaginam que o proletariado poderia conduzir o seu combate prático contra a ordem econômica, social e política da burguesia adotando outras "formas" que não precisamente a forma bárbara e primitiva da luta de classes revolucionária. Ou quando essas mesmas pessoas fingem para si e para os outros que o proletariado poderia levar a cabo a sua missão positiva, a realização da sociedade comunista, por outras vias que não a ditadura do proletariado, com os meios também do Estado burguês e da democracia burguesa, por exemplo. O próprio Karl Marx, tinha, porém, uma opinião inteiramente diferente sobre essas coisas, ele que escrevia já, numa obra de juventude: "A forma não tem valor se não for a forma do conteúdo" e que, também mais tarde, sublinhou sem cessar que só a utilização consciente do método dialético permite aceder à compreensão real, a um tempo positiva e negativa, quer dizer, conscientemente revolucionária, do processo da evolução histórico-social - compreensão que constitui a essência específica do "socialismo científico". Sem dúvida que esta dialética nova ou "proletária" em que assenta a forma científica do socialismo marxista não se distingue apenas da forma mais extrema do modo de pensar ordinário, estreitamente metafísico. Ela é também, pelos seus fundamentos, "absolutamente distinta" da dialética burguesa, que encontrou a forma mais acabada no filósofo alemão Hegel, e é até, em certo sentido, o seu "contrário direto". É impossível e supérfluo abordar aqui em detalhe as múltiplas consequências destas diferenças e oposições. Para os fins que pretendemos, basta sublinhar que estas diferenças e oposições se devem atribuir inteiramente a que a "dialética proletária" é precisamente a forma em que o movimento revolucionário de classe do proletariado encontra a expressão teórica que lhe é adequada. Se se compreendeu isto ou se se entreviu, mesmo só confusamente, esta relação, compreende-se dum só golpe toda uma série de fenômenos de outra forma dificilmente explicáveis. Compreende-se porque é que a classe burguesa dos nossos dias se esqueceu tão completamente dos tempos em que ela própria tinha que conduzir, como "terceiro estado", uma luta ora tenaz, ora heroicamente intensificada, contra a ordem econômica feudal e contra a sua superestrutura político-ideológica (nobreza e clero), tempos em que o seu porta-voz ideológico, o abade Sieyès, lançou à ordem social dominante uma sentença perfeitamente dialética: "O que é o terceiro estado? Tudo. - Que foi ele até hoje na ordem política? Nada. - Que exige ele? Ser alguma coisa". Para a burguesia, agora que o Estado feudal foi derrubado e que, no Estado burguês, ela não é apenas alguma coisa, mas se tornou tudo, já só há duas posições face ao problema da dialética. Ou a dialética é um ponto de vista hoje totalmente ultrapassado, só respeitável

no plano histórico, como uma espécie de delírio sublime do pensamento filosófico no esforço para superar os seus limites naturais, delírio para que um homem sensato e bom burguês não deve de modo algum deixar-se arrastar; ou então o movimento dialético tem, em qualquer caso, que se deter irrevogavelmente, hoje e sempre, no ponto final absoluto em que o último filósofo revolucionário da classe burguesa, o filósofo Hegel, o fez outrora deter-se. Ele não pode ultrapassar com os seus conceitos os limites que a sociedade burguesa também não pode ultrapassar na realidade sem se suprimir a si própria. A sua última palavra, a grande síntese universal em que todos os antagonismos estão definitivamente resolvidos ou podem sê-lo, é o Estado. Perante este Estado burguês que representa, no seu desenvolvimento integral, a satisfação completa de todos os interesses burgueses e, por conseguinte, o fim último da luta de classe burguesa, já não há, precisamente por isso, para a consciência burguesa, nenhuma antítese dialética, nenhuma oposição inconciliável. Quem, não obstante, se coloca prática e teoricamente em oposição a esta realização absoluta da Ideia burguesa, abandona o círculo sagrado do mundo burguês, coloca-se fora do direito, da liberdade e da paz burgueses e também, por conseguinte, fora de toda a filosofia e ciência burguesas. Compreende-se porque é que, para este ponto de vista que vê a sociedade burguesa atual como única forma pensável e possível de vida social, a "dialética idealista" de Hegel, que encontra na Ideia do Estado burguês o remate ideal, é a única forma pensável e possível de dialética. Em contrapartida, como era igualmente de supor, esta "dialética idealista" da classe burguesa já não tem valor para a outra classe da sociedade burguesa atual, que é levada diretamente à revolta contra todo este mundo burguês e contra o seu Estado "por uma miséria absolutamente imperiosa, que já não se pode iludir nem atenuar - a expressão prática da necessidade", porque esta classe representa já ela própria concretamente, no conjunto das suas condições materiais de vida, do seu ser material, a antítese formal, o contrário absoluto desta sociedade burguesa e do seu Estado. Para esta classe, criada no seio da sociedade burguesa pelo mecanismo interno do desenvolvimento da propriedade privada, por "uma evolução independente dela, inconsciente, contra a sua vontade, condicionada pela natureza das coisas", para esta classe que vê o seu objetivo e ação revolucionários "prefigurados de forma patente e irrevogável nas próprias circunstâncias da sua vida, bem como em toda a organização da sociedade burguesa atual", impõe-se também de forma igualmente necessária, com base nesta sua situação social de classe, uma dialética nova, revolucionária, já não burguesa e idealista, mas proletária e materialista. É que a "dialética idealista" da burguesia só "na ideia" pode resolver os antagonismos materiais entre

"riqueza" e "pobreza" que existem na sociedade de classes burguesa, na ideia do Estado burguês, puro e democrático, de forma que estas contradições resolvidas "idealmente" subsistem sem solução na realidade social "material" e aumentam até constantemente de extensão e agudeza. A essência da nova "dialética materialista" da classe proletária consiste, pelo contrário, em que ela suprime no concreto a oposição material entre a riqueza burguesa (o "capital") e a miséria proletária, suprimindo esta sociedade de classes burguesa e o seu Estado de classe na realidade material da sociedade comunista sem classes. A dialética materialista constitui, por conseguinte, como "expressão teórica" da luta histórica do proletariado pela libertação, o fundamento metodológico indispensável do "socialismo científico".

As Metamorfoses do Marxismo

Steven Gouldner

O discurso da atualidade, da “moda”, neste ano de 1990, afirma que chegamos ao “fim da história” e que estamos vivendo a trágica “crise final” do marxismo. Restamos saber, então, qual é este marxismo que atravessa sua “crise final”, pois, como se acostumou admitir, existem vários “marxismos”. Na verdade, o marxismo de Marx e Engels – o marxismo original – é apenas um, embora tenha sofrido diversas “metamorfoses” no decorrer da história. Estas metamorfoses ocorreram tanto pelo desenvolvimento do capital e das lutas de classes quanto pela apropriação específica do marxismo em cada época, lugar e classe social. A primeira forma de “apropriação” expressa um aprofundamento das teses revolucionárias do “marxismo original”, pois continua expressando os interesses de classe do proletariado, razão de ser do marxismo; a segunda forma de “apropriação” revela-se uma deformação do marxismo. Portanto, devemos fazer o que Karl Korsch chamou de “aplicação do materialismo histórico a si mesmo”. As metamorfoses do marxismo não podem ser compreendidas através da concepção idealista dos “marxismos”. Podemos dizer, com uma ironia sarcástica, que hoje o “marxismo” dominante é o “marxismo” da classe dominante.

O marxismo original – de Marx e, em menor grau, devido seus equívocos, de Engels – era uma elaboração teórica complexa que perpassava o que hoje se chamaria de campo da “filosofia”, “economia”, “política”, “sociologia”, “pedagogia”, “psicologia”, “antropologia”, etc., e tinha como ponto de partida a análise do modo de produção, ou, o que é equivalente, das lutas de classes. O esforço monumental de Marx para escrever O Capital ou os Grundrisse demonstra o que é fundamental para o marxismo revolucionário (por “marxismo revolucionário” entendo o marxismo original e seu aprofundamento e atualização por diversos teóricos e correntes, que constituem o único marxismo existente, ao contrário do que diz a moda dos “marxismos”).

Mas, como o marxismo não está acima da luta de classes e do desenvolvimento histórico, ele passa a ser apropriado por diversas classes sociais e assim perde o seu caráter revolucionário, pois só expressando os interesses de uma classe revolucionária é que uma teoria pode se manter revolucionária. Cada indivíduo ao entrar em contato com o marxismo original o interpreta de acordo com os seus “carecimentos radicais” (para retomar expressão de Agnes Heller que, neste aspecto, é uma continuadora do marxismo

original, embora não o seja em diversos outros aspectos). Isto, entretanto, não cria “marxismos individuais”, pois em uma sociedade de classes, todas as idéias, teorias, etc., representam os interesses de uma ou outra classe, independentemente da motivação individual que a gerou.

Vejam algumas apropriações do marxismo. Começemos pelo reformismo (Bernstein e Kautsky). Bernstein procurou romper com o caráter revolucionário do marxismo sustentando que ele fracassou em sua análise do capitalismo: as classes médias não desapareceram, o capitalismo se desenvolvia como nunca, etc., por isso, a luta pelo socialismo deveria se basear não na premissa da luta revolucionária do proletariado e sim em preceitos éticos que seriam a base da luta por reformas que evoluiriam ao socialismo. Mas não podemos analisar as idéias por elas mesmas, pois é uma conquista do marxismo revolucionário a compreensão de que a ideologia não tem história. Devemos, então, procurar as condições reais que tornaram possível o aparecimento da ideologia reformista. A época de Bernstein se caracterizava pelo “boom econômico” do capitalismo. O aumento dos salários nominais, embora houvesse a queda dos salários reais, criou a ilusão de que as organizações operárias poderiam gradualmente conquistar benefícios cada vez maiores e construir uma sociedade mais humana. Além disso, o Partido Social-Democrata Alemão (de Bernstein e Kautsky) crescia eleitoralmente. Criou quadros específicos de funcionários e se burocratizou cada vez mais. O capitalismo criou novas classes sociais, os “funcionários da superestrutura”, tais como a intelectualidade e a burocracia. A intelectualidade e a burocracia se faziam presentes no partido e Kautsky e Bernstein são bons exemplos disso. O fenômeno da burocratização, do crescimento eleitoral, juntamente com o “boom econômico” do capitalismo, são alguns dos motivos que provocaram a “revisão” nos princípios políticos do marxismo e Bernstein foi o ideólogo que se responsabilizou por esta tarefa. Entretanto, foi justamente o capitalismo alemão com sua crise e o Partido Social-Democrata que abriram o caminho para a monstruosidade nazista.

Karl Kautsky, por sua vez, além de misturar evolucionismo com marxismo, tinha como principal “contribuição” a oferecer à teoria marxista a tese de que o marxismo deveria superar todo o utopismo. Ele é, sem dúvida, o pai do “realismo político” sob linguagem social-democrata. O marxismo, segundo ele, deveria romper com a idéia de que haveria uma “crise final” do capitalismo e de que seria possível existir uma “sociedade sem estado”. A partir dessa revisão das idéias fundamentais do marxismo original se altera as tarefas políticas da social-democracia: não havendo “crise final”, que

Kautsky julgava necessária para haver uma revolução, e não sendo possível a “destruição do Estado”, então se deve abandonar o programa revolucionário e lutar pela conquista do poder estatal e realizar, através de reformas, a passagem gradual ao socialismo. Este, obviamente, deixou de ser a “associação revolucionária dos produtores” proposta pelo marxismo original para ser um regime econômico que mataria o estado, sustentado e legitimado pela democracia representativa (burguesa), que atenderia as necessidades econômicas dos trabalhadores. A luta parlamentar e pela conquista do poder do Estado burguês passam a serem os objetivos da social-democracia.

Sabemos que as condições históricas da época de Kautsky são as mesmas de Bernstein, pois produziram suas ideologias no mesmo período e dentro do mesmo partido. Por isso foram duas respostas diferenciadas (diferença que não deve ser superestimada) para uma mesma situação histórica e expressando o ponto de vista de uma classe social determinada: a burocracia. Portanto, podemos dizer que esta “apropriação” do marxismo foi produzida sob determinadas condições históricas que são vistas sob a ótica de uma nova classe social busca conquistar o poder, no caso, a burocracia.

A apropriação bolchevista do marxismo apresenta três variantes principais: o leninismo, o trotskismo e o stalinismo. Nos limitaremos, por enquanto, ao leninismo, base dos demais. O fundamental da teoria leninista está na sua teoria da organização e na sua justificativa: a teoria da vanguarda. Esta famosa teoria afirma que a consciência de classe é introjetada “de fora” no proletariado pelos intelectuais “revolucionários” do partido. Mas vejamos sob quais condições históricas e sociais surgiram tais teses. O leninismo surgiu em um país atrasado, com uma cultura autoritária, um estado ditatorial, como organizações “revolucionárias” na clandestinidade, etc. Tudo isso tornou possível a ideologia leninista da vanguarda e do partido. Mas o desenvolvimento histórico refutou as teses leninistas: a classe operária adquiriu espontaneamente sua consciência de classe na Rússia e começou a realizar sua revolução, que acabou sendo usurpada pela burocracia (que também adquiriu sua “consciência de classe” espontaneamente e para se comprovar isto basta ler Lênin).

Resta, ainda, responder às duas questões que podem ser colocadas: a) se a burocracia, enquanto classe social, é um produto do desenvolvimento capitalista e a Rússia era um país atrasado, então a burocracia, neste país, devia ser extremamente débil, e, por conseguinte, como poderia ela usurpar a revolução do proletariado?; b) Se o reformismo é a ideologia da burocracia na Europa Ocidental (Bernstein, Kautsky), então como, na Rússia, ela pode utilizar a ideologia bolchevique? Em primeiro lugar, a Rússia

era um país em transição para o capitalismo e, justamente por isso, todas as classes sociais em formação eram numericamente reduzidas (a burguesia, a burocracia, o proletariado) e as classes “decadentes” (os grandes proprietários de terras e o campesinato) eram mais numerosas, embora as primeiras crescessem e as outras decresciam numericamente. Entretanto, não se pode analisar as lutas de classes utilizando de critérios puramente quantitativos. O proletariado era numericamente pequeno, mas devido sua concentração nos centros industriais e sua potencialidade revolucionária, conseguiu derrubar o Estado Czarista. A burguesia era extremamente débil não só numericamente, mas também porque se via ameaçada pelo proletariado e por isso queria a todo custo manter sua aliança com a nobreza para ter segurança. Mas, para fazer isto, tinha que, ao mesmo tempo, realizar concessões à nobreza que obstaculizava o desenvolvimento capitalista. A aliança de classes que sustentava o Estado Czarista era frágil e as classes exploradas (proletariado e campesinato) eram fortes. A burocracia civil era numericamente pequena, mas possuía uma força ideológica e organizacional poderosa. Aliando-se às classes exploradas, ela conseguiria derrubar as antigas classes dominantes e enganar as massas para tornar-se a nova classe dominante.

Em segundo lugar, a burocracia, assim como todas as classes sociais no capitalismo, devido à complexa divisão social do trabalho, possui divisões internas. A principal divisão que existe na burocracia ocorre entre a burocracia civil, que é a que nasce nas empresas e instituições privadas, e a burocracia estatal, que é a que existe no Estado e em suas instituições. Existem outras divisões internas nesta classe e isto cria várias ideologias que expressam, de forma diferente, seus interesses, mas, além disso, a burocracia pode elaborar ideologias de acordo com o momento histórico e alterar sua posição política dependendo da situação concreta. Na Rússia, a luta política do proletariado e do campesinato forçava o Estado Czarista a implantar um regime ditatorial e isto se opunha aos interesses da burocracia civil, pois sem democracia representativa, o desenvolvimento desta fração da classe é impedido. Por conseguinte, a burocracia civil tinha que se opor ao czarismo e só conseguiria derrubá-lo com o apoio das classes exploradas. O bolchevismo cumpriu este papel e a ideologia leninista foi a sua mais perfeita expressão intelectual.

A apropriação luxemburguista do marxismo original retoma a linha fundamental do marxismo revolucionário. Rosa Luxemburgo não poupou críticas à social-democracia, ao bolchevismo e aos sindicatos. Parte dessas críticas era limitada devido à época em que vivia, quando o bolchevismo ainda mantinha um discurso “revolucionário” e a social-

democracia, os sindicatos e os partidos ainda não tinham se degenerado num nível tão elevado quanto se veria depois. A análise que ela fez do capitalismo é importante, mas o seu principal mérito foi ter analisado o processo de revolução proletária: espontaneidade revolucionária, greves de massas, conselhos operários. Ela não só retomou o marxismo original (“a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores”) como o aprofundou à luz do desenvolvimento histórico.

A apropriação stalinista do marxismo significou simplesmente a transformação do marxismo original em ideologia oficial do “Estado soviético, mas sem soviets”. Stálin era teoricamente medíocre, mas possuía “competência burocrática. Stálin sistematizou, adaptou e deformou os escritos de Marx, Engels e Lênin para torná-los coerentes com os interesses da burocracia erigida como classe dominante. A única coisa que ele apresentou digna de nota foi a sua deformação esdrúxula das “leis fundamentais” do capitalismo e do comunismo e a tese do “socialismo em um só país”. Para Stálin, a “lei fundamental” do capitalismo não era a produção de mais-valia e sim a “busca do lucro” e a “lei fundamental” do comunismo não seria a “livre associação dos produtores” e sim a satisfação das necessidades. Assim, o primado do modo de produção elaborado pela teoria marxista é substituído pelo primado da distribuição do excedente. Essa ideologia – deformação ideal da realidade – consiste em substituir o determinante pelo determinado e vice-versa. Com isto a questão fundamental (relações de produção, o Estado, etc.) torna-se secundária. O problema passa a ser apenas o nível de consumo dos soviéticos. A época de Stálin se caracteriza pelo domínio da burocracia como classe dominante no capitalismo de Estado e suas concepções políticas, econômicas, etc., expressam com conceitos marxistas deformados, os interesses da classe dominante.

A apropriação trotskista é mais complexa que a stalinista. O pensamento de Trotsky atravessou três fases, sendo que a primeira não expressava uma deformação do marxismo. O que nos interessa, contudo, são suas duas últimas fases. Isto se justifica devido ao fato de que a influência histórica maior de Trotsky ocorreu nestas fases e serem elas as únicas reconhecidas pelo “trotskismo”. A fase de “Trotsky no poder” é a que ele se apresentou como mais burocrata e autoritário que Lênin. Foi isso que possibilitou Stálin chamá-lo de “pai dos burocratas”. O que Trotsky produziu de mais original até o seu confronto com Stálin foi a “teoria da revolução permanente” – já esboçada na primeira fase do seu pensamento e sistematizada na terceira fase – que não existia no marxismo original, apesar das incansáveis tentativas dos trotskistas em provar o contrário. Mas, apesar da importância de tal teoria no conjunto do pensamento de Trotsky, ela não será

aqui analisada porque não compromete “muito” o marxismo original. O que nos interessa aqui é o “profeta desarmado” pelo stalinismo.

Sabemos que Trotsky analisou o sucesso do stalinismo devido ao desenvolvimento insuficiente das forças produtivas. Foi esse atraso que tornou possível a ascensão de Stálin e as deformações burocráticas do “Estado Operário”. Apesar disso houve a “socialização” dos meios de produção e com isso se construiu a “base econômica” socialista e só houve deformações na “superestrutura”, o que torna necessário uma “revolução política”. Assim, Trotsky abandona o materialismo histórico e adere ao dualismo filosófico da burguesia: ele analisa a burocratização da Rússia sem levar em conta o papel fundamental da luta de classes, depois de subestimar o papel dos indivíduos e das classes sociais na história, supervaloriza o papel de Stálin no processo de burocratização; confunde “socialização” com “estatização” dos meios de produção, defende a possibilidade de uma “superestrutura” ultrapassada conviver com uma “estrutura” revolucionária. Claro que tudo isso tem que ser compreendido no quadro da situação histórica da Rússia. Trotsky responsabiliza o atraso da Rússia pela burocratização e assim foge da responsabilidade, juntamente com Lênin, de tal fato. Mas, ao mesmo tempo, tem que justificar a tomada de poder pelos bolcheviques mesmo em um país atrasado. A solução é apelar para a possibilidade de uma revolução salvadora na Europa Ocidental. A não realização de tal revolução abre espaço para o stalinismo. Mas, mesmo assim, é necessário colocar a possibilidade da Rússia seguir rumo ao socialismo, esperando, é claro, a revolução na Europa para justificar a existência da “oposição de esquerda”, o trotskismo. Assim, cria-se uma supervalorização do papel de Stálin na burocratização.

Leon Trotsky nunca pode fazer a crítica das raízes do stalinismo, pois isto seria o mesmo que fazer uma autocrítica e assumir a responsabilidade (juntamente com Lênin e os demais bolcheviques) da burocratização da Rússia. No final das contas, foi o bolchevismo de Lênin e Trotsky que gerou o stalinismo.

A apropriação esquerdista do marxismo é muito variada e precisa ser recuperada por ser a continuação do marxismo revolucionário de Marx e Rosa Luxemburgo. As mesmas questões que foram colocadas pelo movimento histórico receberam uma resposta proletária por parte da esquerda. O grupo mais importante componente do amplo espectro do esquerdismo é aquele que ficou conhecido como “comunistas de conselhos”, e que teve o mérito de compreender o verdadeiro caráter da sociedade soviética, o papel conservador de partidos e sindicatos, o significado do bolchevismo, a necessidade da

auto-organização do proletariado, a recuperação do verdadeiro conteúdo do socialismo, etc. Os comunistas conselhistas tiveram como maior mérito terem re-descoberto o conteúdo do socialismo, a autogestão. Além disso, analisaram o processo da revolução proletária como produto da luta operária autônoma que se radicaliza e cria os conselhos operários e se tornam os organismos de autogestão coletiva dos produtores. Claro que tais análises não foram fruto apenas do “brilhantismo intelectual” dos comunistas de conselhos, mas principalmente devido à radicalização prática do movimento operário na Alemanha, Rússia e outros países e também a emergência dos conselhos operários neste período histórico em vários países e a burocratização que era um obstáculo contra-revolucionário, oriundos do desenvolvimento histórico que não permitia mais, partindo-se do ponto de vista do proletariado, a fusão com a social-democracia e o bolchevismo ou aderir a projetos de sociedade como a URSS, etc., e o não-reconhecimento da ação revolucionária do proletariado e seu significado.

Outras apropriações, à esquerda, do marxismo, devem ser melhor analisadas, observando-se suas limitações e contribuições. Este é o caso de Bordiga e seus seguidores, o grupo inglês Solidarity, o grupo italiano “Il Manifesto” e os demais grupos autonomistas italianos, etc. Existiram, também, muitas outras apropriações direitistas do marxismo, mas não tiveram a influência que as acima analisadas tiveram.

De tudo que foi colocado aqui, o que se vê é que a “crise do marxismo” é a crise das deformações do marxismo. O pseudomarxismo tradicional de Bernstein, Kautsky, Lênin, Lukács, Trotsky, Bukhárin, Stálin, Togliatti, Gramsci, etc., é que está em crise e leva consigo todos os herdeiros e substitutos contemporâneos como Mandel, Althusser, Poulantzas, Perry Anderson, etc. Para o marxismo revolucionário tanto faz se os livros de Marx estão sendo vendidos no mercado ou não. Também pouco importa se aumentou ou diminuiu o número de auto-intitulados marxistas. A questão fundamental para o marxismo revolucionário não é o apogeu ou a crise da cultura “dita” marxista e sim o desenvolvimento do capital e da luta de classes.

Abre-se espaço, com tal crise, para recuperarmos o marxismo revolucionário e as análises essenciais para a teoria da revolução proletária e reconhecer o atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista e das lutas de classes. A atual “crise do marxismo” é, na verdade, uma crise do que Marx chamou de “apêndices pré-revolucionários”. Esta crise abre espaço para a ação revolucionária do proletariado sem as mistificações do capitalismo estatal soviético em agonia. As figuras “equivocadas” da revolução proletária começam a cair e com isso o verdadeiro movimento revolucionário

ameaça ressurgir e declarar a morte do capitalismo (privado e estatal) e o fim de “sua” história.

Exploração do trabalho na acumulação integral: estratégias para contornar a crise no processo de valorização do capital

Diego Marques Pereira dos Anjos*

Já se disse que as relações sociais capitalistas somente podem ser reproduzidas se constantemente revolucionadas, isto é, transformar e superar as barreiras colocadas à necessidade crescente de acumulação de capital. Embora seja uma relação social marcada pelos conflitos de classe que surgem na própria fonte da exploração, a extração de mais-valia, a classe capitalista possui a hegemonia de assumir o sentido de condução da sociedade capitalista, contando para tanto com um sistema de instituições que reafirmam e reforçam seus interesses estabelecidos historicamente, conseguindo superar a condição de concorrência que marca os capitalistas individuais:

os primeiros (capitalistas) não fazem face separadamente aos trabalhadores em seu conjunto, nem estes últimos (trabalhadores) afrontam o capital no seu conjunto. O estado e a ideologia capitalistas servem de garantia aos interesses coletivos dos capitalistas, à manutenção das relações de produção existentes (MATTICK, 1977, pgs. 252\3).

Enquanto que para os trabalhadores trata-se de estabelecer um interesse coletivo para fazer frente aos limites da dependência do trabalho frente ao capital. Do conflito entre capitalistas e trabalhadores, tem-se uma determinada divisão do produto do trabalho social, correspondendo a lucro e salário, a “lei” fundamental da sociedade capitalista contamina essa divisão, a maior acumulação de capital se volta contra a parte que cabe aos trabalhadores, que se interessam, no imediato, somente pelo aumento de salários para o correspondente aumento do consumo¹.

Como argumentaremos logo abaixo, o processo de valorização do capital, ancorado na organização do trabalho e conseqüente extração de mais-valia, passa por transformações históricas e sociais visando a manter e aprimorar a valorização e acumulação de capital. Mas a condição fundamental para a sua existência, a relação de exploração de classe, também é determinação condicionante nos momentos em que essa relação social entra em colapso e ruptura, devido ao questionamento da classe operária e à tendência declinante da taxa média de lucro. Visando a contornar as dificuldades

* Graduado em história pela PUC-Go e mestrando em Ciências Sociais pela UNESP - Universidade Estadual Paulista/Marília, SP.

¹“É tão-somente uma tautologia dizer que as crises são causadas pela falta de consumo solventes, ou de consumo pago. O sistema capitalista não conhece outros modos de consumo, que não os pagos, com a exclusão dos miseráveis e dos ladrões” (MARX apud Sweezy, 1986, p. 125).

históricas e a manter a reprodução do ciclo do capital, a classe capitalista, auxiliada pelo estado e classes como a burocracia e a intelectualidade, intervém no processo de organização do trabalho produtivo para se apropriar de maior tempo de sobre-trabalho. As mudanças no processo de extração de mais-valia não alteram a essência desse processo, que é a de valorização do capital, ao contrário, visam a manter a reprodução desse processo, são mudanças para que se mantenham a reprodução da ordem social capitalista, não afetam o modo de produção capitalista, mas sim a forma de acumulação histórica em que se realiza o ciclo do capital. Uma forma histórica de acumulação capitalista significa determinada forma de valorização do capital, ou o que é o mesmo, determinada forma de relação entre as classes sociais fundamentais da sociedade capitalista, a saber proletários e burgueses. O conceito de regime de acumulação apresenta a evolução do desenvolvimento do modo de produção capitalista em suas fases específicas, de acordo com a dinâmica da luta de classes e da evolução das relações sociais em geral. Nildo Viana define um regime de acumulação como:

um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional (...). O regime de acumulação, portanto, é a forma que o capitalismo assume durante o seu desenvolvimento. O desenvolvimento capitalista, no entanto, possui uma tendência, determinada em sua própria essência: a produção de mais-valor. O desdobramento da produção de mais-valor é a acumulação de capital e este, por sua vez, gera a reprodução ampliada e a centralização e concentração do capital, gerando a expansão mundial do capitalismo e a exploração internacional, ao lado da ação estatal no sentido de garantir todo este processo (VIANA, 2009, p. 30/31).

Após a estabilização histórica do predomínio da acumulação capitalista, pondo fim a acumulação primitiva de capital, desenvolvem-se o regime de acumulação extensivo que dura até fins do século XIX, e que é caracterizado pela extração de mais-valia absoluta, pelo estado liberal e pelo neocolonialismo; o regime de acumulação intensivo surge em fins do século XIX e dura até o fim da segunda guerra mundial, é fundamentado na busca de aumentar a extração de mais-valia relativa, através do taylorismo, do estado liberal-democrático, resultado das pressões das lutas operárias na conquista de direitos sociais, e pelo imperialismo financeiro; durante o auge do desenvolvimento capitalista, período que já foi chamado de as décadas gloriosas do capital que dura de fins da década de 1940 a fins da década de 1970, ocorre a expansão mundial do modo de produção capitalista com a transformação de quase todas as nações do mundo em países capitalistas, o que resulta no estabelecimento do regime de acumulação intensivo-extensivo, sendo que as características da acumulação intensiva se

limitam aos países de capitalismo desenvolvido e a acumulação extensiva (fundada na super-exploração do trabalho) é dominante nos países de capitalismo subordinado, o que foi complementado pelo estado integracionista e pela expansão do capital oligopolista transnacional. O atual regime de acumulação se caracteriza pela generalização mundial da exploração intensificada, baseada no toyotismo que consegue administrar simultaneamente métodos de extração de mais-valia absoluta e relativa, formação do estado neoliberal e do neoimperialismo nas relações internacionais como instrumento para aumentar a transferência de mais-valia das nações subordinadas para os países imperialistas (VIANA, 2009). Para os objetivos de nossa explicação sobre a exploração do trabalho na acumulação integral faz necessário que comecemos por entender como ocorreu a transição do regime de acumulação intensivo-extensivo para o atual, regime de acumulação integral.

A correlação de forças no regime de acumulação fordista foi desfeita com a intensificação da queda da taxa de lucro desde meados dos anos 60 (HARVEY, 1998; VIANA, 2009) e com a radicalização da luta de classes (movimento estudantil, contestações teóricas, movimento operário, greves selvagens, movimentos de libertação nacional, revoltas camponesas, etc.) ao redor do mundo. A reprodução da sociedade capitalista se tornava tanto mais abalada quanto emergiam contestações e alternativas de superação da sociedade. Foi necessária uma reação histórica que permitisse a viabilidade da reprodução capitalista, já que a subordinação harmônica dos trabalhadores estava rompida, e para tanto o capital se desprende em nome da liberalização e desregulamentação:

O papel desempenhado pela internacionalização do capital, no processo de desregulamentação cumulativa dos mecanismos associados à regulação fordista, adquire importância ainda maior, quando se leva em conta a internacionalização do capital monetário, ao mesmo título do que a do capital produtivo, isto é, como expressões distintas, mas interligadas, de um movimento único de libertação do capital de todas as instituições que enquadravam e “regulavam” suas operações (CHESNAIS, 1996, p. 299).

Assim, o movimento de reprodução ampliada do capital avança para novos caminhos remodelando as ações do estado, de face neoliberal, reconfigurando novas relações internacionais marcadas pelo neoimperialismo (VIANA, 2009; HARVEY, 2004), e, sobretudo, transformando a organização do processo de trabalho, elevando o grau de exploração do trabalho² através da junção das duas estratégias de extração de

² A taxa de exploração é definida pela “razão entre a mais-valia (tempo de trabalho excedente) e o valor da força de trabalho (tempo de trabalho necessário)” Alfredo Saad Filho, Salário e exploração na teoria marxista do valor, In Economia e Sociedade, Campinas, (16): 27-42, jun. 2001.

mais-valia, absoluta e relativa³, em escala mundial. A partir da unificação dessas estratégias podemos compreender as transformações que aconteceram na esfera das relações de produção, o seu motivo de ser, a forma que assumiram, e o que essas transformações apontam no desenvolvimento da sociedade capitalista.

Marx analisa que entre as “tendências contrariantes” à tendência declinante da taxa de lucro possui papel fundamental a “elevação do grau de exploração do trabalho”, tanto por meio da intensificação do processo de trabalho quanto pela extensão da jornada de trabalho. Intensificação do trabalho significa que num determinado período de tempo se objetiva “transformar o máximo possível de dada massa de trabalho em mais-valia” e em relação ao capital adiantado empregar o “mínimo possível de trabalho”⁴, objetivo este alcançado através da renovação do capital constante (novas máquinas, instalações, energias mais produtivas) em relação à estagnação de sua parte variável. Marx situa os procedimentos que aumentam a extração de mais-valia relativa como “tendências conflitantes” na medida em que, acarretam aumento da taxa de mais-valia, mas que implicam queda na massa de mais-valia, pois a massa de mais-valia é medida multiplicando a taxa de mais-valia pelo número de trabalhadores que estão ocupados (MARX, 1983, p. 178) enquanto que a taxa de mais-valia somente se mede sobre o capital variável (Ibidem, p. 179), isto significa que há elevação do grau de exploração do trabalho ao mesmo tempo em que se impossibilita que com o mesmo capital se explore tanto trabalho quanto antes. Contudo, Marx, destaca dois momentos de intensificação do trabalho que são exceções ao processo de desvalorização da mercadoria, ou de redução do tempo de trabalho vivo, estes momentos correspondem à “velocidade acelerada da maquinaria” que se desenvolve mas sem alterar o preço do trabalho que ela mobiliza, e à “melhoria dos métodos” quando sobe a massa de produtos em relação à força de trabalho utilizada⁵, apontamentos estes que nos são fundamentais para compreender intensificação do processo de trabalho na acumulação integral.

Quanto ao prolongamento da jornada de trabalho, que Marx considera como invenção da indústria moderna, permite aumentar a massa de mais-trabalho apropriada sem que se altere a relação entre a força de trabalho empregada e o capital constante posto em movimento, quando não diminui relativamente a quantidade de capital constante

³ Harvey, 1998; Mészáros (2006); Vasapollo (2006) Antunes (2002) Viana (2009).

⁴ O Capital, 1983, livro III, p. 178.

⁵ O Capital, 1983, livro III, pgs. 177\8.

mobilizada (Ibidem, p. 177). Daí que o prolongamento da jornada de trabalho seja recorrente, embora muitas vezes disfarçada sob atividades diferentes.

A afirmação histórica da tendência declinante da taxa de lucro foi analisada por diversos autores, enfocando diversos aspectos; não pretendemos aqui esgotar o tema, nem tampouco definir uma determinação única, mas ressaltar que acolhemos essas diversas explicações na medida em que estas, no seu conjunto, apontam para o aumento da composição orgânica do capital e sua correspondente tendência de declínio da taxa média de lucro. Articulando as diversas concepções dispomos de importantes contribuições para demonstrar como a nova organização social do trabalho, isto é, a reconfiguração das relações de produção, foi a resposta necessária para se manter a reprodução da valorização do capital, e esta se encontra como elemento fundamental do novo regime de acumulação integral, alterando mais uma vez o destino das massas trabalhadoras no interior da sociedade capitalista, desta vez generalizando a degradação das condições de vida do conjunto da população mundial, intensificando fenômenos sociais como distúrbios psicológicos, doenças variadas relacionadas ao trabalho, comportamento apático e desconectado de mobilizações coletivas.

Trata-se então de analisarmos a nova forma de socialização da classe trabalhadora, como as grandes massas de indivíduos, que não têm nada mais a vender que a não ser a si mesmo, são inseridas como trabalhadoras numa sociedade em que tudo o que existe está reificado na forma da mercadoria. Dejours (1999) fala em processo de dessocialização, enquanto que Laura Soares (2002) fala em uma nova “reintegração social”. Demonstraremos agora a criação das condições sociais necessárias para a emergência do tortuoso destino das massas trabalhadoras sob a forma contemporânea de se acumular capital.

Robert Brenner (2003) analisa o “longo declínio” iniciado na década de 70, marcado pela interrupção e inversão do desenvolvimento econômico pós-guerra. Para Brenner já na década de 1960 tem se o início do excesso de capacidade e de produção, que resulta na redundância de produtos (BRENNER, 2003, p. 55) seguida pela diminuição na taxa média de lucro na manufatura (Ibidem, p. 57). Assim, a reação dos produtores à queda na lucratividade é avançar sobre a mão de obra contando para tanto com a cumplicidade dos governos:

A imediata e quase universal reação dos produtores às suas taxas de lucro marcadamente reduzidas foi tentarem compensá-las reduzindo os custos diretos e indiretos da mão-de-obra. Apoiados por governos sempre mais convenientes, os empregadores por todo o mundo capitalista avançaram um ataque cada vez mais agressivo às organizações e padrões de vida dos

trabalhadores. Obtiveram sucesso com surpreendente velocidade, ademais, em asfixiar o crescimento dos salários reais e dos encargos sociais, aliviando de muito, já durante a década de 1970, a pressão sobre os lucros advinda do crescimento dos custos diretos e indiretos da mão-de-obra (BRENNER, 2003, p. 65\6).

Paul Sweezy (1986) enfoca no aumento dos gastos com capital variável, e citando Marx afirma que as crises são precedidas por um aumento real no salário dos trabalhadores, com a conseqüente elevação dos gastos com a parte do produto anual destinado ao consumo (SWEEZY, 1986). Assim, a crise é provocada pelo aumento real no salário dos trabalhadores elevando o valor do capital variável:

Haveria uma queda acentuada e súbita na taxa média de lucro, mas seria provocada por uma modificação na composição do capital que não seria causada pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas por uma elevação no valor monetário do capital variável (devido ao aumento dos salários) e à correspondente redução da proporção do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário (MARX apud SWEEZY, 1986, p. 126).

Sobretudo nos EUA onde o salário real cresceu se aproximando da produtividade do trabalho, achatando os lucros, o que explica menor taxa de lucro nos EUA se comparado a países como Alemanha e Japão.

Também Ernest Mandel afirma que a crise capitalista resulta da superprodução de valores de troca, o excesso de mercadorias dificulta garantir a elevação do lucro médio, ocorrendo uma desorganização geral na produção das mercadorias, marcando o início da tendência à queda a longo prazo da taxa média de lucro em fins dos anos 60; e por sua vez a capacidade excedente reforça a especulação sobre as matérias primas (MANDEL, 1990). Também a estagnação dos mercados consumidores se tornou uma barreira para a recuperação da taxa média de lucro e por fim, a situação se agrava gerando a superacumulação de capital-dinheiro (MANDEL, 1990, p. 225). Toda essa “anarquia da produção” resulta de que os capitalistas individuais desconhecem as proporções corretas nas quais os vários artigos são produzidos, sendo que ora mais ora menos mercadorias são produzidas gerando as próprias inconstâncias das condições de produção.

François Chesnais também argumenta que na década de 1970 as contradições capitalistas se intensificam, diminuindo a rentabilidade do capital investido na indústria, o que resulta em transformações no processo de acumulação capitalista, e assim o capital mobilizado encontraria novas formas de valorização puramente financeiras (CHESNAIS, 1996), somando-se a isso o aumento das dívidas e crise fiscal do estado, que na verdade se traduziu na “multiplicação dos lucros bancários” (CHESNAIS, 1996, p. 256) reforçando a valorização puramente financeira.

Já para os teóricos da Escola Regulacionista o fim da harmonização entre os ramos da produção marca o fim da forma de inserção social durante o regime de acumulação fordista, que era a de estar submetido à relação salarial. Para estes teóricos, o regime de acumulação fordista (intensivo-extensivo) marcou a harmonização entre os dois departamentos da produção (que se divide em produção de meios de produção e produção de bens de consumo) assim embora tenha havido aumento da composição orgânica do capital essa foi correspondida com diminuição do valor unitário dos meios de produção e elevando a taxa de mais-valia ao diminuir o valor da força de trabalho social, isto através da formação de uma nova estrutura de consumo dos trabalhadores tendo a “moradia social média e o automóvel” como seus pilares (PICHLER, 1988, p. 21).

Mas o limite do modelo fordista são as próprias condições sociais em que está inserido o processo de trabalho caracterizado pela articulação da produção com o consumo de massas, o que engendra importantes mudanças no processo produtivo ao elevar a capacidade produtiva e isto requer condições sociais próprias da circulação de mercadorias em rápido aumento. A necessidade de elevar a produtividade tem como efeito aumentar os custos dos meios de produção empregados resultando numa “rigidez técnica do sistema de máquinas”: “(...) a inversão se alimenta a si mesma em escala sempre superior, que a ampliação dos mercados se faça a qualquer preço e que se elevem os riscos de desvalorização do capital fixo imobilizado” (AGLIETTA *apud* PICHLER, 1988, p. 19). Assim, a desestabilização do regime de acumulação intensivo ocorre na medida em que não dá mais lugar a “mudanças técnicas que se traduzem em uma intensificação da mecanização do trabalho que economize tempo de trabalho direto na medida suficiente para compensar e superar a elevação da composição orgânica do capital” (AGLIETTA *apud* PICHLER, 1988, p. 23); o que se agrava com a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores e o crescimento dos custos do consumo coletivo, afetando a demanda efetiva (*Ibidem*).

As partes que compõem o valor da mercadoria (capital constante e capital variável), sofrem elevação de seu custo, juntamente com o não-crescimento do mercado consumidor no ritmo necessário para a circulação e acumulação crescentes de capital. Soma-se a essa situação a ocorrência da contestação dos vários movimentos da classe trabalhadora e de outros grupos oprimidos (estudantes, movimento feminista, movimento negro, indígenas, etc.), mas conquanto a classe detentora dos meios de produção e das instituições reguladoras da reprodução da sociedade capitalista, sobretudo do estado, mantiver o domínio das condições de produção terá essa classe o poder e a capacidade de

definir a forma de organização da sociedade. A superação da crise veio como uma ofensiva da classe capitalista sobre a organização e sobre as condições materiais de trabalho, que resultaram na exploração intensiva do trabalho, cuja produção de molde toyotista é a determinação fundamental e modelo ontológico⁶.

Thomas Gounet em sintético artigo intitulado “*El toyotismo o el incremento de la explotación*” demonstra que com a crise de 1973 as empresas dos países de capitalismo avançado situadas no Ocidente passaram a correr atrás do novo segredo de produção da empresa Toyota, no Japão, para alcançar níveis elevadíssimos de produtividade com a contenção dos custos da força de trabalho, ou mesmo com a redução do trabalho imobilizado na produção. Segundo Gounet as multinacionais ocidentais perceberam que a empresa Toyota estava baseada em um outro sistema de produção sob o qual conseguiam elevado “incremento de la explotación de los trabajadores” (GOUNET, 2013, p. 8) o que estava lhe conferindo posição de liderança no mercado mundial de automóveis, conseguindo tal feito através de inovações tecnológicas e organizacionais no processo de trabalho e na elevação da velocidade acelerada do maquinário e nos métodos organizacionais como diria Marx. Listamos abaixo as principais características da produção toyotista levantadas por Gounet e percebemos como estas vão ao encontro do apontamento de Marx sobre os métodos de se aumentar extração de mais-valia sem aumentar a massa de trabalhadores:

- A) *automação*: máquinas capacitadas a pararem a produção caso ocorra algum incidente, seu funcionamento dispensa vigilância constante por parte do operário, liberando-o para manipular várias máquinas simultaneamente, importante instrumento para elevação da produtividade;
- B) *sistema just in time*: se baseia na diminuição dos estoques, manipulando a quantidade de matérias-primas e auxiliares no momento exato da produção, gestão inversa da produção fordista, primeiro se vende um produto logo depois é produzido, tendo em conta a quantidade exata de componentes necessário para cada etapa da produção, em outras palavras, com o fim dos estoques a demanda

⁶ Evidenciar a realização histórica do toyotismo como um modelo ontológico da atual forma das relações sociais apresenta-se como etapa necessária para a devida caracterização desse fenômeno histórico e social e das várias faces que expressa, como modelo ontológico a análise do toyotismo é o fim condutor para a análise de inúmeros outros fenômenos que surgem no seu interior e derivado de sua manifestação original: “Como qualquer outros conceitos-modelo, tais como “fordismo” ou “keynesianismo”, o de “toyotismo” só se constituiu como “modelo ontológico” da produção capitalista na era da mundialização do capital quando assumiu uma concretude universal. Ele sintetizou, sem esgotar, o fenômeno de uma nova lógica da produção sistêmica do capital. Passou a representar nos traços essenciais, as exigências necessárias da produção capitalista a partir da Terceira Revolução Tecnológica e Científica”. (ALVES, 2013, p. 7).

- (mercado) fixa a quantidade e as características do produto, resultando em diminuição da inversão de capital e maior racionalização do processo de trabalho;
- C) *trabalho em grupo ou team work*: permite a racionalização do trabalho a partir do tempo coletivo para a realização de determinada etapa do trabalho, expande o tempo de produção para além da atividade individual, diminuindo o tempo de trabalho racionalizando o trabalho em equipe;
- D) *"management-by-stress"*: gestão por estímulos, interiorizar no trabalho em grupo as dinâmicas e pressões da produção;
- E) *flexibilidade do trabalho*: operários têm que se adaptar às variações da produção que ocorrem com as variações do mercado, podendo trabalhar mais em determinadas épocas ou serem dispensados em momentos de contração das vendas, esse movimento resulta em instabilidade nos rendimentos do trabalhador, trabalho e salário variável, ainda mais, variações na produção exigem trabalhador polivalente, trabalhando em vários postos de trabalho, inclusive em instalações diferentes;
- F) *pirâmide de subcontratação*: A empresa Toyota concentra sua produção em montagem e fabricação de peças fundamentais como o motor, o restante dos produtos é feito por empresas subcontratadas, o que permite reduzir drasticamente os custos de produção, se aproveitando dos salários mais baixos e das maiores jornadas de trabalho nas empresas subcontratadas, que estão ordenadas segundo a escala dos produtos e serviços que prestam à montadora central, direta ou indiretamente, quanto mais baixa a posição da empresa subcontratada maior precarização do trabalho;
- G) *gestão participativa*: resulta de contenção dos sindicatos, da implementação do controle de qualidade que envolve os trabalhadores na melhoria da qualidade da produção e, por fim, o sistema de ascensão no interior da empresa, trabalhador entra como temporário, ascende ao emprego por tempo indeterminado, alguns são nomeados chefes de grupos e finalmente quadros de gerência da produção, buscando assim desenvolver o padrão de operários como pequenos gerentes, responsáveis pelo bom andamento da produção e por atingir as metas de produção, a gestão participativa precede de um movimento de fasciscitização das relações sociais no interior da empresa, processo de transformação da consciência do trabalhador o torna solidário ao patrão e insensível aos outros trabalhadores, ao seu igual;

H) *incremento da exploração*: aumento do ritmo de trabalho, dois importantes instrumentos são o trabalho em equipe (*team work*) e a subcontratação: primeiro permite aumento do controle da direção sobre o processo concreto de produção efetuado pelos trabalhadores, aumento máximo do tempo de trabalho; e a subcontratação que permite os empregadores se aproveitarem de piores condições de trabalho, que incluem salários mais baixos, maior jornada de trabalho, menor proteção social do trabalho, incrementar a flexibilidade, ameaças de piores condições de trabalho, segmentar a classe trabalhadora, individualizar o operário em sua condição específica dentro da rede da empresa (GOUNET, 2013).

Antunes (2002) nos esclarece que essa nova forma de produção transforma as relações sociais de produção, possibilitando a emergência da unificação histórica das duas formas de extração de mais-valia: por um lado intensifica-se o processo de trabalho através da manipulação simultânea de várias máquinas e do aumento da velocidade da cadeia produtiva com o sistema de luzes (*kanban*), isto é, eleva-se a extração de mais-valia relativa; e por outro lado, a aplicação de movimentos de extração de mais-valia absoluta como através do aumento da jornada de trabalho semanal de 48 para 52 horas, expansão do trabalho em meio-período, divisão sexual do trabalho que reduz custos com força de trabalho em determinados setores da classe trabalhadora, e o aumento da utilização da força de trabalho imigrante (ANTUNES, 2002, p. 11\12). A mágica da produtividade toyotista parece incrível (obviamente na lógica do capitalista) quando se descobre que além da extensão e intensificação do processo de trabalho o aumento da produtividade é obtido através da diminuição do número de trabalhadores empregados no interior da empresa com correspondente aumento da precarização (hora-extra, terceirizados, subcontratados, trabalho temporário) fora da empresa, na medida em que 75% da produção se encontra descentralizada (Ibidem).

Nesse sentido, para Antunes a expansão da produção Toyotista se tornou viável quando esta se mostrou a única opção possível para superar a crise de acumulação que os países de capitalismo avançado vinham passando com a intensificação dos limites e contradições da acumulação intensiva; assim, a superação veio com a “*via japonesa de consolidação do capitalismo industrial*” através da incorporação de “um inovado e altamente integrado sistema de organização da produção” (SAYER *apud* ANTUNES, 2002, p. 8). Esse movimento foi maior principalmente nos países de capitalismo desenvolvido, onde é elevadíssima a concentração de capitais como nos EUA, Alemanha, Suécia, norte da Itália e aos poucos foi se generalizando para os países periféricos.

Seguindo as análises de Bolthanski e Chiapelo (2009) sobre a realidade do sistema produtivo francês dispomos de um amplo quadro de transformações na organização do trabalho que ocorreram através das inovações da reestruturação produtiva posterior à década de 1970. Na linguagem dos dois autores, a nova realidade de organização da produção está fundamentada na acumulação flexível de capital, que impõe a organização flexível do trabalho:

Eixo da nova redistribuição FLEXIBILIDADE: interna: transformação da organização do trabalho em rede, objetivo é desenvolver polivalência, autocontrole, e autonomia do trabalho; externa: subcontratação, mão de obra maleável, empregos precários, temporários, trabalho autônomo, tempo parcial, horários variáveis (CHIAPELLO & BOLTHANSKI, 2009, p. 240).

Para os autores o objetivo maior das inovações era o de eliminar todas as barreiras à acumulação de capital, o que no caso da organização do trabalho se obtém ao diminuir custos com a força de trabalho, jogando para cima dos trabalhadores individualizados todo o ônus da reprodução da força de trabalho. A flexibilização externa referida por Boltanski e Chiapello referem-se às regulamentações, sobretudo as estabelecidas pelo estado, sobre a força de trabalho e sobre o mercado de trabalho; nesse sentido, juntamente à flexibilização da organização do trabalho foi necessária a flexibilização das normas que regulamentam a mobilização de trabalho, que para os autores se expressa no novo contrato comercial entre prestadores de serviço, substituindo o antigo contrato de trabalho (Ibidem, 2009).

Seguindo esse enfoque de análise, Vasapollo (2006) descobre nas alterações da legislação italiana, no ano de 1997, e no projeto conhecido como “Pacto para a Itália”, a intenção de criar as condições sociais para a intensificação do trabalho ao introduzir novas formas de contratação como o trabalho temporário, estágios de aprendizado, trabalho em meio período, estabelecimento de trabalhos socialmente úteis, formação profissional (VASAPOLLO, 2006, p. 46\7) institucionalizando o que o autor chama de formas de trabalho atípico, que são pessoas inseridas no mercado de trabalho por meio de bolsas de estudo e aprendizado, planos de recolocação profissional, contrato temporário de idosos, trabalhos socialmente úteis, contratos atípicos na administração pública. Para Vasapollo a nova legislação é a responsável por desestruturar a antiga organização do trabalho, na medida em que seus resultados contribuem com a “globalização neoliberal e internacionalização dos processos produtivos” (Ibidem, p. 52), quando a nova legislação logra institucionalizar a intensificação da exploração do trabalho, ao não questionar a elevação dos acidentes de trabalho e as enfermidades, e compactuando com o aumento da pobreza de sua própria força de trabalho.

Aqui, se faz necessário explicar porque não adotamos o nome de regime de acumulação flexível. Não o adotamos por considerarmos que esse termo vem sendo utilizado acriticamente na busca de explicar os mais diversos fenômenos que surgem com a produção toyotista, desde o corte nos direitos sociais, passando pela legislação estatal, como a própria organização do trabalho. Por outro lado, o termo flexível não consegue expressar a realidade histórica e social que é a intensificação da exploração do trabalho, assim, se ocorre o aumento da perversidade da exploração do trabalho o termo flexível fica a meio caminho de ser a expressão teórica desse processo (VIANA, 2009).

A criação social fundamental para a organização do trabalho na acumulação integral é a produção toyotista, muito embora esta seja um aprimoramento e intensificação das técnicas e organização fordista esta representa algo de novo ao possibilitar tanto intensificar o ritmo do processo de trabalho quanto estender a jornada de trabalho através do desempenho de múltiplas atividades, extensão das atividades para outros horários que o horário restrito de trabalho, eliminação dos direitos sociais que limitavam a exploração do trabalho, etc., na verdade, trata-se de fazer da jornada de um dia, um dia de jornada de trabalho ao realizar atividades das mais diversas formas⁷; não se concebe o trabalhador somente como mera massa física, mas também como mercadoria dotada de subjetividades que lhe podem auferir maior taxa de mais-trabalho, como é o aprimoramento da expropriação do saber-fazer dos trabalhadores.

Esta forma de organização intensifica a tendência existente na sociedade capitalista de ampliar o tempo de sobre-trabalho, o tempo a mais sobre a jornada de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho. Este tempo a mais, como vimos, pode ser aumentado tanto absolutamente ao estender a jornada total de trabalho, quanto relativamente, ao ser intensificado o tempo de trabalho excedente. Como diversos estudiosos vêm ressaltando, a luta de classes gira em torno do tempo de trabalho, os capitalistas tentando aumentá-la, enquanto os trabalhadores procuram no imediato diminuir o tempo de sobre-trabalho juntamente com aumento dos salários (MANDEL, 1990; MÉSZÁROS, 2006; ANTUNES, 2002; ANTUNES, 2006; VIANA, 2009).

A organização do trabalho na era da acumulação integral intensifica a utilização de instrumentos tecnológicos e organizacionais na tentativa de aumentar a extração de mais-trabalho, e ao conseguir elevar o grau de exploração empreende o que Mandel

⁷ “toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais valia” (ANTUNES, 2002, p. 11).

chamou de “agressão massiva” do capital contra o trabalho como necessária para superar a crise instaurada em meados dos anos 70, por meio de uma “ofensiva de austeridade” (MANDEL, 1990, p. 230) contra os custos da força de trabalho.

As novas máquinas, ferramentas, instalações, enfim, a parte constante do capital, passam por outro processo de renovação, que foi chamada de “Terceira revolução industrial” (SOARES, 2002) através da generalização da informacionalização da produção e da automatização auto-regulável prescritas no modelo inglês e norte-americano (CHESNAIS, 1996, p. 35); bem como da introdução da microeletrônica (ANTUNES, 2002, p. 17); da telemática e o surgimento da empresa em rede (ALVES, 2013, p. 9). Podemos entender esses novos instrumentos como uma revolução nas forças produtivas da sociedade capitalista, ao garantir um salto qualitativo nas estratégias de aumento da extração de sobre-trabalho, sendo complementados com as transformações nos métodos de organização (*just-in-time, kan-ban, etc*) e que reconfiguram as relações sociais de produção intensificando a disciplina do trabalho, a gerência, o controle e a maior subordinação dos trabalhadores. A organização toyotista do trabalho vai configurando-se como a maximização do grau de exploração do trabalho, intensificar o trabalho o quanto o trabalhador aguentar, com a correspondente diminuição do tempo disponível, na medida em que tempo de trabalho necessário avança sobre as capacidades produtivas úteis, essa parte da vida humana é negada, pois dela o capital não pode extrair lucros⁸.

Geraldo Augusto Pinto⁹ faz um levantamento das inovações tecnológicas e organizacionais realizadas no Brasil desde a década de 1980 que nos é útil para a visualização das novas estratégias colocadas em prática para se aumentar a extração de mais-trabalho na acumulação integral. Nesse período inicia-se a utilização da microeletrônica na produção brasileira, concentrando nas indústrias do ramo metal-mecânico, automotivo, petroquímico e siderúrgico com o auge dessas inovações tecnológicas introduzindo o emprego das “máquinas-ferramentas com comando numérico”, utilização de robôs, sistemas flexíveis de manufaturas e do sistema CAD\CAM (*computer aided design\computer aided manufacturing*) (PINTO, 2002, p. 79); aqui, como vimos nas estratégias para aumento de mais-valia relativa, trata-se de

⁸ MÉSZÁROS, 2006, p. 43.

⁹ Pinto é o autor do artigo *Uma introdução à indústria automotiva no Brasil*, presente no livro *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, organizado por Ricardo Antunes. No artigo o autor publiciza os resultados de sua dissertação de mestrado intitulada: *Reestruturação produtiva e organização do trabalho na indústria de auto-peças no Brasil*.

diminuir a quantidade de trabalho vivo aumentando a parte do capital constante tendo como objetivo elevar a produtividade e reduzir os gastos com a força de trabalho, segundo Pinto e Alves essa é a explicação para o crescimento da produção com diminuição dos postos do trabalho (PINTO, *Ibidem*; ALVES, 2013).

Temos aqui, a título de exemplo, as inovações mais genéricas e fundamentais difundidas mundialmente pela acumulação integral como junção de “inovações organizacionais (como programas de qualidade, tecnologia de grupo, manufatura celular, *just in time*, etc.) assistidos por sistemas computadorizados” (PINTO, 2006, p. 80). Contudo, não significa homogeneidade na aplicação dessas inovações, pois como Ricardo Antunes (2002) enfatiza, no Brasil as inovações na organização do trabalho estiveram acompanhadas pela continuidade de elementos da acumulação fordista, como a divisão rígida do trabalho, padronização e individualização das tarefas executadas, caracterizando aqui uma heterogeneidade no sistema produtivo, o que na Europa aparece como desmonte, transferência e minimização do sistema produtivo¹⁰.

Considerações finais

A especificidade histórica da sociedade capitalista é a produção de mais-valia, a apropriação do tempo excedente de trabalho pela classe não-trabalhadora. A força da sociedade capitalista está em que todo seu império de mercadorias foi criado em cima da criação de outros, da atividade produtiva daqueles que não possuem nada, além de sua massa física, denominada força de trabalho e que se encontra em direta oposição aos detentores dos meios de produção, das condições de trabalho. Nesse sentido, uma de nossas primeiras conclusões no presente trabalho é a de que através do surgimento histórico e dos desdobramentos ulteriores da sociedade capitalista se torna evidente que a intensificação da própria exploração social é a maior força que se avoluma no interior do horizonte histórico da sociedade capitalista, possuir valores de uso para desfrute do luxo pessoal não é nada mais que um momento do processo maior de apropriação do sobre-trabalho e exploração social.

Sendo a classe dominante na sociedade capitalista os detentores dos meios de produção, estes possuem também a hegemonia de definir o desenvolvimento do modo de produção capitalista, hegemonia essa que enfrenta duas grandes barreiras: de um lado, a

¹⁰ Processo que Antunes (2002) denomina de liofilização social.

resistência do movimento organizado dos trabalhadores, que em suas fases iniciais objetiva uma maior parte na divisão do produto social e que em momentos de radicalização da luta de classes apresentam a ruptura com a produção capitalista como uma necessidade histórica possível através da transformação revolucionária; e por outro lado, a tendência declinante da taxa de lucro, que resulta do próprio desenvolvimento da produtividade capitalista, impõe a necessidade de transformação das condições de produção em busca da constante e crescente necessidades de mais lucros, de mais capital. E assim, surgem novas formas de extração de mais-valia manipulando os instrumentos que a classe capitalista dispõe para seu domínio, a força de trabalho alheia e os meios de produção, o que histórica e socialmente se traduz em novos regimes de acumulação que renovam o modo de produção capitalista.

A nossa terceira conclusão é a de que a última forma de apropriação do tempo a mais de trabalho se caracteriza pela intensificação e universalização da exploração social o que aprofunda ainda mais a transformação do mundo social em mundo-mercadoria. O que denominamos de regime de acumulação integral busca ser a expressão teórica do movimento real de intensificação da exploração e mercantilização das relações sociais. Como buscamos demonstrar, esse novo regime de acumulação surge como resposta capitalista à crise das relações de produção ocorrida desde fins dos anos 60 e durante a década de 70, e como ofensiva da classe dominante objetiva tão-somente conservar e intensificar as relações de exploração que lhe sustentam. Acontece que as novas bases do regime de acumulação integral não conseguiram estabelecer uma exploração mascarada que envolvesse a classe trabalhadora na sociedade capitalista, ao contrário, sua resposta foi a de justamente intensificar a exploração social em busca de aumento da lucratividade, o que vem sendo conseguido com cada vez mais dificuldade, o que é comprovado pelas constantes crises econômicas que marcam o atual estágio da acumulação capitalista.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovani. *Toyotismo e Neocorporativismo no sindicalismo do século XXI*. Disponível em <http://revistaoutubro.com.br/blog/edicoes-anteriores/revista-outubro-n-5/> Acessado em 05 Janeiro de 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Toyotismo e novas formas de acumulação do capital*. CADERNO CRH, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002.

_____. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FILHO, Alfredo Saad. *Salário e exploração na teoria marxista do valor*. In *Economia e Sociedade*, Campinas, (16): 27-42, jun. 2001.

GOUNET, Thomas. *El toyotismo o el incremento de la explotación*. Disponível em: <http://jcleon.superforos.com/viewtopic.php?p=4487&sid=2ecc112a469f896e467fc9880668b296>. Acessado em 05 Janeiro de 2013.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

MATTICK, Paul. *Integração capitalista e ruptura operária*. Porto: A Regra do Jogo, 1977.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: UNICAMP: Ensaio, 1990.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Volume III. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MESZÁROS, István. *Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda*. In *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. ANTUNES, Ricardo. São Paulo: Boitempo, 2006.

PICHLER, Arno. *A relação salarial fordista*. Porto Alegre: Ensaio FEE, pgs. 97-129, 1988.

PINTO, Geraldo Augusto. *Uma introdução à indústria automotiva no Brasil*. In *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. ANTUNES, Ricardo (Org.) São Paulo: Boitempo, 2006.

SOARES, Laura. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2002.

SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista*. In Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. ANTUNES, Ricardo (Org.) São Paulo: Boitempo, 2006.

VIANA, Nildo. *Universo psíquico e reprodução do capital. Ensaios freudo-marxistas*. São Paulo: Escuta, 2008.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

O Capital Fonográfico e a Formação do Gosto Musical

Nildo Viana*

A formação do gosto musical é algo pouco discutido teoricamente e nas ciências humanas. O processo de formação do gosto é social e não individual, tese que só seria defensável no mundo das ideologias. Obviamente que tais ideologias existiram e ainda continuam existindo. Aqui vamos trabalhar com a formação social do gosto musical e do papel do capital fonográfico na sua constituição¹¹, o que nos leva a discutir inúmeras outras questões, como valores, gostos distintos e grupos sociais distintos, entre outros.

O gosto, em geral, pode ser pensado sob duas formas: o espontâneo e o refletido¹². O gosto espontâneo é aquele no qual os indivíduos desenvolvem sem maiores reflexões, por familiaridade, acessibilidade, compartilhamento social. O gosto refletido é aquele no qual os indivíduos se informam, relacionam com outros aspectos da vida social, usa os valores fundamentais como critério para suas escolhas, etc. Obviamente que no gosto espontâneo, o preconceito, as idiosincrasias e outras determinações também atuam, mas sem um processo reflexivo. No caso do gosto refletido, essas determinações também atuam, mas geralmente sob a forma racionalizada. No caso do gosto musical, esse processo se manifesta da mesma forma.

Nesse sentido, o gosto dos indivíduos é formado socialmente, mas como os indivíduos possuem uma singularidade psíquica (VIANA, 2011a; VIANA, 2013), uma história de vida única, então as chamadas idiosincrasias são elementos diferenciadores na constituição do gosto. No caso do gosto musical, deixando de lado as diferenças individuais, que existem, mas que não são coisas metafísicas, são elas mesmas produtos sociais, é possível entender a sua formação num nível mais geral, no caso dos grupos

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás e Doutor em Sociologia/UnB.

¹¹ Não vamos discutir aqui de forma aprofundada o conceito de capital fonográfico ou o conceito de capital comunicacional. Para ficar compreensível o que queremos dizer entenda-se pelo primeiro termo o que comumente se chama de “indústria fonográfica” e pelo segundo “indústria cultural”, apesar das diferenças de concepções e, por conseguinte, de terminologia. Sobre “indústria fonográfica” existe uma certa bibliografia, com destaque para Dias (2000) e sobre capital comunicacional é possível consultar Viana (2009).

¹² Não há espaço para uma discussão sobre as diversas definições e concepções de gosto. Aqui apenas esclarecemos que em nossa perspectiva gosto significa disposição afetiva favorável a um ser, objeto, pessoa, obra de arte, etc. Nesse sentido, o gosto tem elementos sentimentais e racionais, sendo que em alguns casos o peso maior é dos sentimentos e no segundo da razão. O gosto musical, portanto, é a disposição afetiva favorável a determinadas músicas, cantores ou cantoras, bandas, gêneros, etc.

sociais. Pensar no gosto musical da população é algo problemático, tendo em vista que não há homogeneidade neste gosto. Neste sentido, é interessante perceber que o gosto musical é composto por diversas camadas que expressam um grupo social ou diversos grupos/classes sociais.

Assim, podemos realizar algumas divisões para analisar o gosto musical, sendo a principal divisão entre grande público, composto pelas classes exploradas e dominadas em geral (proletariado, lumpemproletariado, campesinato, pequenos proprietários, subalternos, etc.) e setores menos privilegiados das classes privilegiadas¹³, bem como setores destas interessados ou oriundos das classes exploradas¹⁴ e público intelectualizado, composto por indivíduos das classes privilegiadas e por indivíduos das classes exploradas que conseguem uma determinada escolarização ou formação intelectual. O que predomina, no primeiro caso, é o gosto musical espontâneo e, no segundo, o refletido.

No entanto, é possível perceber subdivisões nos dois casos. No caso do grande público, a subdivisão ocorre mais em casos regionais (no caso brasileiro, existem variações ligadas a estado, cidade, bairros de regiões metropolitanas, etc.), ação do capital fonográfico em determinados setores da sociedade (classes, grupos, etc.), etc. Assim, no interior de São Paulo e de Goiás, a música sertaneja¹⁵ sempre teve os seus aficionados, enquanto que no Pernambuco há aqueles que preferem o frevo e no Rio de Janeiro o samba tem um público permanente.

No caso do público intelectualizado, há o gosto musical dos especialistas (músicos, compositores, etc.), ou seja, da subesfera musical¹⁶, bem como daqueles que compartilham tal gosto por sua influência e legitimidade socialmente conquistada, o que geralmente é dominante na sociedade neste setor. O critério fundamental nessa subesfera

¹³ As classes privilegiadas são a burguesia e suas classes auxiliares, especialmente a burocracia e a intelectualidade.

¹⁴ Os setores interessados são aqueles que produzem ou ganham com determinada produção musical, como é o caso dos cantores de música trivial (“brega” e músicas simples em geral). No segundo caso, temos, como exemplo, os “novos ricos” ou pessoas oriundas das classes exploradas que conseguem uma ascensão social (sob as mais variadas formas, desde o sucesso inesperado em algum programa televisivo, tal como um *Reality Show*, passando pela sorte na loteria ou por processos sociais mais amplos que permitem ascensão de um contingente maior de pessoas). Em ambos os casos, os indivíduos mudam de classe social, mas não possuem a cultura da classe a qual passam a pertencer, mantendo sua cultura anterior, mesmo que mesclando alguns aspectos.

¹⁵ Nada mais falso do que a ideia de Goiânia é uma cidade que tradicionalmente tinha vínculo com música sertaneja. Isso foi um produto do capital comunicacional a partir dos anos 1980, que, graças a sua ação acabou influenciando o gosto musical de parte da população, inclusive muitos que explicitamente não gostavam deste tipo de música.

¹⁶ A esfera artística, assim como as demais, pode ser dividida em subesferas, e no seu caso, há a subesfera musical, teatral, literária, quadrinística, etc.

é a técnica e a forma. A música clássica é o exemplo maior nesse caso, mas que se reproduz, com diferenças, no interior da música popular também. Acontece que nesse público se forma outros gostos musicais, muitas vezes compartilhando suas preferências, outras vezes recusando e elaborando outros critérios para definição do que é considerado bom. No caso, os valores dominantes da subesfera musical apontam para a técnica e a forma, a tradição musical, etc. enquanto que alguns setores intelectualizados vão, partindo de outros valores, erigir outros critérios de qualidade musical, tais como a crítica social, o vínculo com as raízes histórico-culturais, o nacionalismo, etc. Algumas “facções”¹⁷ são constituídas também. Esse é o caso de grupos de indivíduos que elegem determinadas preferências a partir de grupos unificados por um estilo de vida (punks, emos, etc.), por relações de amizade, por compartilhamento de gostos, etc. Além de grupos mais restritos, de gosto unificado e delimitado a um gênero, banda, cantor, etc., há outros mais amplos, que possuem gosto unificado, mas que vai além de um gênero ou outro elemento, embora sejam mais frágeis e cujo elemento unificador é mais a amizade que gera compartilhamento e reprodução de um mesmo gosto musical (seja um conjunto de músicas, gêneros, cantores, ou critérios de julgamento e formação de gosto).

Em síntese, o gosto musical é distinto no interior da população e podemos pensar em dois grandes blocos, o do grande público, que constitui a maioria da população, e o público intelectualizado, composto principalmente pelos indivíduos das classes privilegiadas. Existe uma subdivisão no interior destes grupos e, inclusive, certos setores que são “intermediários”, tal como parte da juventude pertencente às classes desprivilegiadas, que possuem um gosto que muitas vezes diverge do gosto dominante nestas, devido ao vínculo com outros jovens (de outras classes, através dos meios oligopolistas de comunicação, etc.). Nesse caso, alguns mesclam o gosto dominante do grande público com o do público intelectualizado, outros aderem a este e abandonam o primeiro. Depois dessa breve análise da distribuição social do gosto musical, podemos discutir o papel do capital fonográfico na sua formação.

O Capital Fonográfico e a Formação do Gosto Dominante

O capital fonográfico é constituído pelas gravadoras de música, grandes empresas que com seu desenvolvimento se tornaram oligopolistas. O capital fonográfico

¹⁷ Ao invés de usar termos como “tribos” ou “guetos”, preferimos “facções”, retirando-lhe o sentido militar ou pejorativo. As facções são grupos informais reunidos em torno de uma causa, estilo de vida, valores, gostos, posições políticas, crenças religiosas, etc. O termo tribo é descontextualizado, pois é manifestação das sociedades tribais e sua adaptação ao caso da sociedade moderna é problemática, assim como gueto, esse último para tratar dos grupos que abordamos aqui.

oligopolista mundial conta com grandes gravadoras como a Universal, EMI, Sony, Warner, Indie Recors, entre diversas outras, que são as mais importantes também no mercado brasileiro, contando com algumas empresas oligopolistas brasileiras, como a Eldorado e Som Livre. O capital fonográfico oligopolista tem toda uma estrutura de produção, distribuição e divulgação articulada com outros setores do capital comunicacional (“indústria cultural”), tais como redes de televisão, emissoras de rádio, imprensa, etc. e com o capital comercial, tal como grandes distribuidoras, lojas, etc. Nesse contexto, o grande capital fonográfico não somente tem uma capacidade de produção muito mais elevada que o pequeno capital, como também tem uma estrutura de divulgação e distribuição muito superior e acaba sendo um das principais determinações da formação do gosto dominante do grande público e, em menor grau, do público intelectualizado.

Esse processo se realiza através do processo de gravação, já que o capital fonográfico seleciona o que vai gravar e, portanto, escolhe os músicos, gêneros, cantores, bem como influencia no processo de gravação. Além disso, uma vez que o cantor ou cantora, banda, etc., pretende ter sucesso, há a busca em se adequar à dinâmica do capital fonográfico (o que significa se adequar às suas exigências) e do capital comunicacional (inclusive alguns sem perceber, mas querendo o sucesso, produz aquilo que está sendo divulgado e aceito pelo grande público – ou, em alguns casos, pelo público intelectualizado). Ao selecionar o que é produzido em matéria de música, oferece um universo de escolhas limitadas e ao privilegiar e gravar uma maior quantidade de determinado tipo de música, torna o processo de escolha por parte do público ainda mais limitado.

A sua influência também se manifesta no seu poder de distribuição e divulgação, através do capital comercial e outros setores do capital comunicacional. A televisão e o rádio assumem um papel fundamental nesse processo (sendo reforçado por outros). A quantidade de músicas gravadas é muito maior do que a de músicas conhecidas pelo público. Isso se deve ao fato de que as antigos Long Plays (LPs) ou os atuais Compact Discs (CDs) possuem uma quantidade determinada de músicas, geralmente dez, mas são divulgados uma ou duas músicas, e apenas no casos dos cantores já consagrados um número maior. A escolha de quais faixas serão divulgadas e terão primazia no disco também é determinada pelo capital fonográfico. O capital fonográfico usa seus critérios para realizar tais escolhas e estes interferem tanto no conteúdo da música (mensagem) quanto na forma (melodia, arranjo, interpretação, etc.). Por conseguinte, não se espera de

uma dupla sertaneja nada além da interpretação tradicional (a não ser que se crie um “derivado” com diferenciação, tal como o chamado “sertanejo universitário”), e o que se quer são refrãos repetitivos e coisas que supostamente seriam do gosto popular, que, contudo, é o gosto dominante imposto pelo capital fonográfico que se reproduz na população, tornando-se “popular”. Nesse sentido, a produção de músicas triviais é a preferência do capital fonográfico, por ser uma fórmula mais fácil de sucesso e isso reforça tal preferência como gosto dominante no grande público. As emissoras de rádio são influenciadas pelo capital fonográfico e, além disso, muitas delas pertencem a eles ou fazem parte de algum aglomerado do capital comunicacional, contando com gravadora, emissoras de rádio e TV¹⁸.

A presença das músicas na televisão é outra fonte de popularidade. A Rede Globo, devido sua audiência, que em outras épocas foi maior, exercia uma forte influência na produção dos sucessos, com as trilhas sonoras de novelas, programas musicais que existiram ou ainda existem (Globo de Ouro, Cassino do Chacrinha, Domingão do Faustão, Fantástico, etc.). As outras redes de TV, algumas inclusive possuem público específico e menos exigente, realizam processo semelhante e colocam em evidência cantores e músicas de pior qualidade ainda, tal como nos programas de Silvio Santos e semelhantes, bem como as redes “educativas”, que possuem um público telespectador muito menor (TV Cultura, por exemplo), que trabalham geralmente com músicas complexas, atendendo ao gosto musical do público intelectualizado.

A força do capital fonográfico se manifesta quando ele resolve emplacar um produto, pois nem todos recebem a mesma atenção, inclusive em sua ação sobre as emissoras de rádio. O caso dos Beatles nos anos 1960, citado por Jambeiro (1975, p. 8) apenas exemplifica esse processo:

A criação de um ídolo para o público, no que se refere às gravadoras é a mais agressiva possível e bastante comercial. Quando do lançamento dos Beatles no Brasil, por exemplo, a gravadora que os lançou chegou ao ponto de conseguir de todas as rádios que tocassem, num determinado dia, às 9 horas da manhã, todas juntas, somente o disco de lançamento dos Beatles. Ao mesmo tempo, todas as lojas de disco, nas mesmas cidades, faziam a mesma coisa, o que inundou os ouvidos de grande parte da população brasileira com o som do ruidoso conjunto.

Capital Fonográfico e Grande Público

¹⁸ O caso mais conhecido e famoso é o das organizações globo (e suas reprodutoras regionais, embora poucas possuam gravadoras), que além da Rede de TV, emissoras de rádio, jornais, editora, também possui a gravadora Som Livre, responsável pelas trilhas sonoras das suas novelas. A maior gravadora brasileira, a Eldorado, é do Grupo Estadão.

Essa ação tem uma eficácia enorme principalmente junto ao grande público. A razão disto é que, como colocamos anteriormente, o seu gosto é mais espontâneo e, por conseguinte, mais influenciável pela repetição, familiaridade, clima social, simplicidade, etc. e, portanto, mais próximo da música trivial. A influência do capital fonográfico sobre outros setores do capital comunicacional (rádios, TVs, revistas, jornais, etc.) criam um processo marcado pela repetição das mesmas músicas, criando um clima social de que tais músicas são as da moda e que a maioria gosta, o que é reforçado pela familiaridade e simplicidade das mesmas, uma exigência das gravadoras para sua seleção, pois o grande público adere mais facilmente a tais formas musicais. Os modismos e a fabricação de ídolos são algumas das estratégias mais utilizadas pelo capital fonográfico.

A criação de modismos emerge com o Rock and Roll, que era uma moda voltada principalmente para o público jovem em geral¹⁹. O que existia antes eram produções musicais para públicos específicos e canções populares para o grande público, mas sem uma renovação rápida, o que passa a ser presente com as mudanças do capitalismo no pós-segunda guerra mundial, com a formação do regime de acumulação conjugado, que em suas interpretações ideológicas ficou conhecido como “sociedade de consumo”. Esse processo foi avançando com o tempo. Os modismos criam um vínculo geracional, pois ele atinge principalmente a juventude. Esse foi o caso da música disco no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, no qual tal gênero musical era importado dos Estados Unidos e tinha seus copiadoreis nacionais, sendo inclusive tema de novela da Rede Globo, *Dancin’ Days*. A referida novela teve forte impacto, pois a *disco music* aparecia constantemente não só na trilha sonora, mas na própria temática da novela, com diversas cenas em discotecas (época das mesmas e das matinês para crianças), no seu título e música de abertura, cantada pelo grupo As Frenéticas. A trilha sonora internacional trazia várias músicas do gênero e a nacional tinha até a roqueira Rita Lee entrando na moda, mas de forma irônica, o título da música era “Agora é moda”.

A fabricação de ídolos é outra estratégia do capital fonográfico. No caso brasileiro, isso ocorre desde Carmem Miranda e as “grandes vozes” (Silvio Caldas, Vicente Celestino, Francisco Alves, etc.), mas o processo de criação de ídolos se torna muito mais eficaz após 1945, especialmente nos anos 1950 e 1960. Elvis Presley foi o primeiro grande exemplo e The Beatles foi o segundo. Elvis Presley era um produto

¹⁹ Claro que isso não se refere ao Rock como um todo e nem em relação aos seus produtores mais críticos, mas o foco aqui é o capital fonográfico e este que possibilitou a explosão desse gênero musical e sob esta forma.

direcionado para um novo e amplo mercado consumidor, a juventude²⁰, e por isso a dança frenética, a irreverência e rebeldia foram elementos utilizados, ao lado do uso expressivo de outros setores do capital comunicacional, especialmente o cinema, já que este cantor estreou diversos filmes, aliado com outras estratégias, como grandes shows, televisão, etc. Já o caso de *The Beatles* mantinha muitas semelhanças, bem como diferenças. Apesar das diferenças, tais como o capital comunicacional estar muito mais desenvolvido e o quarteto ser inglês, o sucesso também foi estrondoso e o capital fonográfico teve um papel fundamental.

No caso brasileiro, o maior exemplo é a cópia brasileira do rock norte-americano com a chamada “Jovem Guarda” e, principalmente, Roberto Carlos. Obviamente que num contexto marcado pela oposição entre bossa nova, por um lado, e a canção de protesto, por outro, a emergência da Jovem Guarda, e também do tropicalismo, aumenta a variedade e marca um processo de substituição, pois os últimos acabam superando os primeiros. A música trivial, mais adequada ao gosto espontâneo, ganha espaço nesse contexto e Roberto Carlos é escolhido para ser o grande ídolo fabricado brasileiro, uma experiência do tipo Elvis Presley, mas sem a voz, estilo, entre outras características, do mesmo. A escolha foi péssima, pois a voz de Roberto Carlos é horrível e sua irreverência se limitou a algumas músicas bem simplistas (tipo “Calhambeque”; “Splish, Splash” e “Pega Ladrão”), sem falar de que o rock (dele e da Jovem Guarda) era risível.

A fabricação de Roberto Carlos como ídolo seguiu a fórmula de Elvis Presley, que ficou conhecido como “Rei do Rock”. Em programa de TV, na Rede Tupi, no início de sua carreira, Roberto Carlos era apresentado como “Elvis Brasileiro”. A ideia de transformá-lo em “rei” tem essa origem e acabou sendo reproduzido por muitos, em que pese apesar de suas vendagens expressivas, sempre teve um público bastante oposto a ele, e por razões bens distintas da oposição a Elvis Presley, pois este era acusado de cantar música negra, entre outras questões sociais, enquanto que o problema de Roberto Carlos era geralmente a má qualidade de suas músicas e/ou seu conservadorismo político, expresso em suas letras de músicas (inexpressivas e que não saíam do romantismo brega) e outras práticas concretas, tal como no seu show no Chile onde agradece ao ditador Augusto Pinochet e sua relação amistosa – e segundo alguns documentos, “colaboração” – com o regime militar. No entanto, o programa de TV da “Jovem Guarda” (TV Record,

²⁰ A juventude é um grupo social constituído na sociedade capitalista (VIANA, 2014a) e tem como uma de suas características atribuídas à rebeldia (VIANA, 2014a; VIANA, 2014b) e o rock, com sua irreverência, crítica ou ironia, dependendo da época, banda, etc. acaba sendo a forma ideal de música para tal grupo.

1965-1968), apresentado por Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa, era uma fórmula que deu resultados, inclusive maiores do que dos seus concorrentes²¹.

Desta forma, o gosto dominante do grande público é formado principalmente pelo capital fonográfico aliado aos demais setores do capital comunicacional. Obviamente que existem outras determinações que ultrapassam a força do capital fonográfico. Muitos indivíduos do grande público têm acesso ao que é produzido para o público especializado e alguns mudam ou mesclam suas preferências anteriores com as novas oriundas desse contato. O sentimento nostálgico, de músicas do passado que relembram acontecimentos, sentimentos, etc., também é uma determinação mais individual e ligada à história do indivíduo²², bem como seus contatos sociais e informações sobre música e sociedade. As músicas também podem despertar sentimentos e ao fazê-lo também promove o gosto por ela. Os jovens e os que pretendem trabalhar no ramo musical, oriundo do que foi chamado “grande público”, também se aproximam do gosto do público intelectualizado, seja parcialmente ou de forma mais ampla. A época e as ressonâncias das lutas sociais, os valores de cada grupo ou indivíduo dentro do grande público, a formação intelectual, entre diversas outras determinações, além das divisões já aludidas, tal como as regionais, dificulta o reino absoluto do capital fonográfico. Isto sem esquecer os equívocos que os responsáveis pelo capital fonográfico podem cometer, tal como a tentativa frustrada de retomada da bossa nova após o fim do boom do rock brasileiro em meados dos anos 1990, forçando inclusive roqueiros a produzir músicas nesse gênero (Rita Lee, Lobão, Lulu Santos, etc.), o que foi um fracasso.

Capital Fonográfico e Público Intelectualizado

O capital fonográfico e seus aliados do capital comunicacional também atua sobre o público intelectualizado. Nesse caso, a influência é menor e os agentes da subesfera musical acabam sendo fortes influências nas ações do capital fonográfico.

²¹ Na época havia o programa dos representantes da bossa nova, *O Fino da Bossa* (TV Record, 1965-1967), apresentado por Elis Regina e Jair Rodrigues, que acabou perdendo espaço para eles, bem como, na sequência, o programa dos representantes da Tropicália, Gilberto Gil e Caetano Veloso, *Divino Maravilhoso* (TV Tupi, outubro-dezembro de 1968, pois o programa foi cancelado devido exílio dos apresentadores pelo regime militar), entre outros.

²² É um caso individual que afeta aos indivíduos em geral, sob formas e com intensidades diferentes. O capital fonográfico também se aproveita disso, tal como se pode perceber no lançamento (e sucesso) de *Stars On 45*, fazendo *medley* ou *pout pourri*, ou seja, mistura de músicas selecionadas de um cantor/a, banda, estilo, etc. O *Stars On 45* fez *medleys* dos *Beatles*, *Bee Gees*, *Aba*, *Boney M*, *Disco Music*, músicas dos anos 1970 e dos anos 1980, entre outros. Mas o capital fonográfico ganha mais hoje com o avanço tecnológico que permite a aquisição de músicas antigas e permite grandes vendas, tal como ocorre com as músicas dos anos 1960. 1970 e, principalmente, 1980 e os diversos CDs lançados com coletâneas desse período demonstra isso. Obviamente que isso tem a ver com a perda de qualidade e sucessão mais rápida dos modismos realizada pelo capital fonográfico e o desagrado do público de gerações anteriores.

Contudo, os interesses dos artistas venais ligados diretamente ao capital comunicacional e dos outros, ligados às estruturas de produção e reprodução do capital fonográfico, provoca em vários setores (compostos por aqueles que são hegemônicos e estabelecidos na subesfera musical) a política de “boa vizinhança” com os mais comerciais. É por isso que poucos entraram em confronto com Roberto Carlos, por exemplo, tal como o fez Sérgio Sampaio em sua música “Meu Pobre Blues” ou, recentemente, Caetano Veloso, no caso mais específico a respeito da questão das biografias não-autorizadas. No caso da música sertaneja, não deixa de ser engraçado como Lulu Santos fez a crítica e depois voltou atrás, embora Guilherme Arantes, agora em 2013, criticou e até agora não se arrependeu.

O público intelectualizado é mais dividido do que o grande público. Alguns preferem música clássica, outros MPB, Jazz, etc. Entre os mais jovens, o Rock ainda ocupa grande espaço, bem como surgem facções com variados gostos musicais, formado desde por fã clubes até grupos caracterizados por estilo de vida, sem falar nos saudosistas que formam grupos de gosto referentes às músicas mais antigas (por cantor, época, gênero, etc.). Esse processo de diferenciação tem a ver com a classe social, frações de classes, nível de formação intelectual, idade, geração, atividade profissional, até chegar às diferenças mais individuais, as mesmas que atuam também sobre o grande público. Mas como o gosto musical do público intelectualizado é mais refletido, então as músicas complexas são preferidas em relação às músicas triviais. Obviamente que as músicas complexas não possuem homogeneidade e seu nível de complexidade varia, bem como algumas músicas triviais²³ acabam conquistando também parcela do público intelectualizado, mas sendo mais comum as que se destacam ou possuem algum diferencial.

²³ As músicas triviais são aquelas que são mais simples, seja nas letras, melodias, arranjos, interpretação, geralmente em mais de um desses elementos simultâneos. Não se deve confundir músicas triviais com músicas “cafona” (termo usado na década de 1970 e generalizado pela novela com o nome “Cafona”), ou “bregas” (termo utilizado a partir do início dos anos 1980 e popularizado pela Rede Globo principalmente via sua novela, “Brega Chique”, de 1987), pois estas são músicas de determinado tipo, consideradas de “mau gosto”, seja devido a um romantismo simplório, obscenidade, exageros visuais, vocais, etc. As músicas complexas, como o nome já diz, são as que a complexidade é maior em seus elementos, seja em um ou vários (letra, melodia, arranjo, interpretação). Existem algumas músicas que ficam num plano intermediário. Algumas buscam mesclas intencionalmente, como Eduardo Dusek na MPB em algumas de suas produções, especialmente seu LP “Brega Chique” (1984). Em outros casos, é o espírito rebelde ou intenção crítica que gera isso, tal como no Punk Rock, onde elementos de músicas triviais (e até alguns que seriam considerados de música brega, tal como alguns trechos de música dos Garotos Podres, para citar apenas um exemplo) se encontram presentes. Não deixa de ser curioso o desdém de certos intelectuais pela música “cafona” ou “brega” apelando para a concepção de indústria cultural de Adorno, sem perceber que até as palavras que usam são produtos desta e que, portanto, não estão tão em oposição a ela como pensam.

O público intelectualizado possui como determinação do seu gosto musical a racionalidade, o que gera critérios específicos para julgar, avaliar e gostar de músicas, de acordo com determinados valores. O hegemônico nesse público é o que a subesfera musical define como qualidade e o aspecto técnico-formal torna-se o fundamental. Esse formalismo e tecnicismo gera uma concepção elitista, o que é comum num setor de tal público. Até intelectuais renomados, como Theodor Adorno (2008), demonstram uma concepção elitista de música. Outros setores elegem como critério a criticidade das músicas, embora muitos de forma ambígua, usando-o apenas para justificar seu gosto geralmente irrefletido. No entanto, esse é um dos critérios do público intelectualizado e a ênfase, ao contrário da concepção elitista, recai é na mensagem, no conteúdo, e não na forma ou técnica. Para algumas concepções mais extremas, até mesmo a desqualificação da forma e técnica é realizada, como em algumas manifestações musicais e de gosto. Uma outra vertente já apresenta um conjunto de critérios por enfatizar a totalidade da música, embora colocando como essencial o conteúdo, ou seja, sua mensagem, de caráter crítico, no sentido de uma utopia concreta.

Por detrás de cada uma dessas preferências, se manifestam valores. No primeiro caso, revela-se um gosto axiológico, pautado nos valores dominantes, enquanto que nos demais revela-se um gosto axionômico, ou seja, fundado em valores autênticos²⁴. Grupos mais restritos podem escolher gênero, cantor, banda, etc., e o critério, nesse caso, tem a ver com uma tradição criada pelo grupo (ou pelo capital fonográfico, região, etc.) ou fundada na história da música, etc., e os valores que motivam isso pode ser o nacionalismo, regionalismo, rebeldia, entre outros.

O capital fonográfico produz estratégias específicas para atingir tal público, sendo que o principal é o discurso da qualidade, aliado ao formalismo e tecnicismo, e muitas aliando isso com outros elementos, para criar uma ponte com o grande público. No entanto, o capital fonográfico elege públicos específicos e existem gravadoras especializadas em determinadas produções musicais, não só para o grande público, mas também para o público intelectualizado. Existem emissoras de rádio especializadas em Rock, Country, Jazz, MPB, etc., assim como para o grande público existem emissoras especializadas em sertanejo, “jovem” ou “pop”, etc. Da mesma forma, existem aquelas que querem atingir o maior número possível do público intelectualizado, sendo, portanto, ecléticas ou priorizando a suposta qualidade, expresso no formalismo/tecnicismo.

²⁴ Sobre axiologia e axionomia, cf. Viana (2007), e a respeito dos critérios escolhidos para o gosto e o que se considera de qualidade, veja o capítulo “valores e qualidade”.

Contudo, esse público intelectualizado que escolhe seu gosto musical de forma racionalizada, nem sempre o faz através de amplas reflexões. Muitos conhecem muito pouco de história da música, gêneros, técnica, sentimentos ou emoções despertados, etc., e geralmente seguem as opiniões surgidas de supostas “autoridades” no assunto (seja os agentes da subesfera musical, seja indivíduos que fazem discurso sobre qualidade ou técnica nos meios oligopolistas de comunicação), sendo que ambos são acessíveis principalmente através do capital comunicacional (jornais, revistas, rádio, TV e, em menor grau, livros), embora uma parte seja nas instituições de ensino (universidades, por exemplo) ou mesmo amizades consideradas “culcs” ou entendidos no assunto. A razão para tal incorporação de gosto musical remete aos valores dominantes e a necessidade de “distinção”, para usar termo de Bourdieu (2007). Ou seja, na competição social, algo estrutural da sociedade capitalista (VIANA, 2008), algumas pessoas querem se destacar e vencer e uma das formas de conseguir isso é mostrando superioridade intelectual, o que pode ser demonstrado por possuir um gosto pautado numa suposta “qualidade”, em saber técnico, em opinião de pessoas cultas ou especializadas²⁵. Contudo, a aparência de inteligência revela, na essência, a ignorância.

Considerações Finais

O gosto musical individual é constituído socialmente, seja ele qual for. Mesmo o setor mais refletido do gosto musical do público intelectualizado tem sua formação social. O gosto musical manifesta valores incorporados, tal com a técnica, a crítica, a tradição, a nação, a região, a voz, a interpretação, a letra, a melodia, o gênero, emoções ou sentimentos despertados, etc. e isso vale para o mais complexo e “refinado”. Por isso, nada mais ilusório do que aqueles indivíduos que não fazem autorreflexão e autocrítica sobre seu gosto (musical e qualquer outro), julgando que ele é uma mônada, um mundo isolado, autossuficiente e autoproduzido e, pior ainda, que é superior e indiscutível. Inclusive essa última pretensão é mais um produto da competição social e da mentalidade burguesa (VIANA, 2008).

Da mesma forma, recusar a influência do capital fonográfico no gosto individual é ilusório, pois o que varia é o seu grau. Outro problema é o relativismo, ao considerar que todo gosto musical é equivalente, pois eles manifestam interesses, valores, representações, sentimentos, etc., que são expressões de distintas perspectivas de classe

²⁵ Isso atinge até algumas pessoas das classes desprivilegiadas, mesmo que apenas formalmente, tal como no caso de um operário que diz gostar de música clássica apesar de não entendê-la, tal como se pode ver em pesquisa realizada por Bourdieu (1994).

e, por conseguinte, não são neutras e nem equivalentes, servem para objetivos e projetos distintos, desde aquele que é fascista até o que é expressão da luta pela emancipação humana, aqueles que servem para entorpecer e os que servem para desenvolver a consciência.

O gosto musical, portanto, deve ser compreendido e analisado não para promover o seu domínio pela razão instrumental, o que seria querer generalizar a preferência de parte do público intelectualizado. O tecnicismo e o formalismo são as bases de um elitismo tão pobre e torpe quanto qualquer concepção conservadora. A música é uma totalidade e sua qualidade só pode ser avaliada levando isso em consideração (VIANA, 2007), bem como entendendo que o seu conteúdo é o essencial e elemento principal de avaliação, embora não único. Uma música que passa uma mensagem excelente, com teor crítico e elaborado, mas sua forma (interpretação, arranjo, melodia, etc.) é mal elaborada, é, comparativamente, inferior em qualidade a uma outra que tanto conteúdo quanto forma são bem estruturadas.

Por fim, é fundamental entender que o gosto musical é formado socialmente e que o capital fonográfico tem um papel importante em sua formação. Os indivíduos precisam ter consciência de que seu gosto musical não é natural, que brotou em sua cabeça a partir do nada, de algo inato ou de algo metafísico como um “mundo interior” de caráter místico. O desejo de liberdade não deve promover a confusão entre o ideal e o real. A ilusão de liberdade é um reforço para a reprodução da falta de liberdade e o reconhecimento da não-liberdade é um primeiro passo para sua realização.

Referências

ADORNO, Theodor. *Escritos Musicales IV*. Madrid: Akal, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Gostos de Classe e Estilo de Vida*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.

DIAS, Marcia Tosta. *Os Donos da Voz*. Indústria Fonográfica Brasileira e Mundialização da Cultura. São Paulo: Boitempo, 2000.

JAMBEIRO, Othon. *Canção de Massa – As Condições da Produção*. São Paulo, Pioneira, 1975.

VIANA, Nildo. *A Dinâmica da Violência Juvenil*. São Paulo: Ar Editora, 2014a.

VIANA, Nildo. *A Esfera Artística*. Marx, Weber, Bourdieu e a Sociologia da Arte. 2ª edição, Porto Alegre: Zouk, 2011b.

VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2011a.

VIANA, Nildo. *Juventude e Sociedade*. No prelo. 2014b

VIANA, Nildo. O Papel do Indivíduo na História. Cadernos de História. Belo Horizonte/PUC-MG, 2013.

VIANA, Nildo. *Os Valores na Sociedade Moderna*. Brasília, Thesaurus, 2007a.

VIANA, Nildo. Para Além da Crítica dos Meios de Comunicação. In: VIANA, Nildo (org.). *Indústria Cultural e Cultura Mercantil*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

VIANA, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital*. Ensaios Freudo-Marxistas. São Paulo: Escuta, 2008.

Jovens e violência na sociedade de classes

Veralúcia Pinheiro*

Tinha como motivação a indignação habitual, a amargura da alma, o profundo sentimento das iniquidades sofridas, a reação mesmo contra os bons, os inocentes e os justos, se é que os há. A origem e o alvo de todos os seus pensamentos era o ódio contra a lei humana, ódio que se não for interrompido em seu desenvolvimento por algum acaso providencial, se transforma, após certo tempo, em ódio contra a sociedade, depois em ódio contra a humanidade [...], e se traduz por um vago, incessante e brutal desejo de fazer mal, seja a quem for, a um ser vivo qualquer.

Victor Hugo (Os miseráveis)

Iremos abordar neste artigo a atualidade da expressão “classes perigosas”, que ainda se mantém no imaginário de setores importantes da sociedade, cunhada no século XIX, na Europa e no Brasil, para caracterizar o mundo dos miseráveis, considerados inimigos da ordem pública. Defendemos a idéia de que muitas das práticas das instituições sociais, incluindo as propostas de rebaixamento da idade penal que tramitam no Congresso Nacional brasileiro, têm como pressuposto os “perigos” representados por estes miseráveis, inclusive, e principalmente, crianças e adolescentes “rebeldes” que fogem ao controle da escola, da família, da religião. As discussões feitas pela mídia, pelos “gestores” das políticas públicas, dentre outras “autoridades”, guardam quase sempre a noção do risco representado por estes sujeitos. Parece haver a crença de que existiria no interior do mundo moderno uma harmonia, duramente garantida por meio das leis e da polícia, e que tenderia a ser quebrada com a ação destas crianças e adolescentes.

Pejorativamente denominados de vagabundos, pívetes, menores, eles vagueiam pelas margens da ordem social, vivendo de pequenos furtos, ameaçando os bens e a segurança das pessoas. Sua existência nos remete às análises de Baudelaire (2002), quando este retrata a modernidade como intrínseca à vida nas cidades, com suas ruas e praças, com seus teatros e cinemas e, também, com a morte a espreitar em qualquer esquina. Para o poeta que produziu sua obra no “auge da modernidade”, o paraíso convivia lado a lado com o inferno da solidão em meio à multidão. Diríamos que tais condições na contemporaneidade permaneceram e o perigo ainda pode ser representado

* Doutora em Educação pela Unicamp/SP, Professora na Universidade Estadual de Goiás – UEG e pós-doutoranda no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia/MG. E-mail: pinheirovp@yahoo.com.br

pela fome, pela doença, pelo abandono e por várias novas formas de manifestação da violência.

No Brasil, a expressão ou o conceito de “classes perigosas” propagou-se nos tempos do Império logo após a abolição da escravidão. Nossos representantes no legislativo, sempre tão preocupados em garantir a reprodução das injustiças nunca mediram esforços para que a “ordem” fosse mantida. Com esse propósito ocorreram intensos debates na Câmara dos Deputados do Império, cujo foco era a organização do trabalho e a necessidade de um projeto de lei para reprimir a ociosidade. A inspiração veio da Europa, especialmente da França, país que havia acumulado experiência na repressão aos pobres, com leis que tinham por objetivo obrigá-los a se submeterem a inimagináveis condições aviltantes de trabalho.

Uma das contradições da cultura na sociedade capitalista consiste em privilegiar a vida privada e, por isso mesmo, sua concepção de sujeito centra-se no indivíduo isolado. Dessa forma, essa sociedade criou novas formas de existência social – espaços urbanos, formas arquitetônicas, mercadorias produzidas em massa e experiências individuais infinitamente reproduzidas – que engendram perspectivas conformistas no cotidiano das pessoas, mas não a solidariedade social, tampouco um nível novo de consciência coletiva. Tal isolamento permite ainda a re-criação de diferentes formas de violências, por isso, na obra de Baudelaire a cidade representa também o mísero, o decadente, o noturno, o artificial, provenientes das ruas e becos escuros. Foi nesse contexto de negação e de denúncia que Baudelaire retratou em sua poesia personagens como o catador de papel, a prostituta, o morador de rua.

Paralelamente à abordagem poética de Baudelaire na França do século XVIII ou de *Victor Hugo*, no século XIX denunciando as injustiças que caracterizavam a vida dos pobres, surgiram também na França estudos que buscavam alertar a sociedade e o Estado para as chamadas “classes perigosas”. Chalhoub (2006) nos apresenta *Frégier*, alto funcionário da polícia de Paris que, tendo por base os inquéritos e estatísticas policiais, escreveu um livro que obteve grande influência na época, publicado em 1840, sobre as “classes perigosas” da população nas grandes cidades. Chalhoub afirma que, embora Frégier tenha declarado sua intenção de produzir uma descrição detalhada de todos os tipos de “malfeitores” que agiam nas ruas de Paris e tenha efetivamente retratado muito do mundo das prostitutas, dos ladrões e espertalhões de todo tipo, conseguiu apenas descrever de forma ampla as condições de vida dos pobres parisienses em geral. Ou seja,

ele falhou em seu objetivo de traçar a fronteira entre as “classes perigosas” e as “classes pobres”.

Também na Inglaterra a utilização deste termo ganhou projeção. Ao pesquisar a ação repressiva do Estado na cidade do Rio de Janeiro do século XIX, Chalhoub (2006) relata que a escritora Inglesa Mary Carpenter, na década de 1840 contribuiu com um estudo da década de 1840 sobre criminalidade e “infância culpada”, concebendo os componentes das classes perigosas como pessoas que já passaram pela prisão ou que, mesmo não tendo sido presas, optaram por obter seu sustento por meio da prática de furtos e não do trabalho. Como podemos inferir, tratava-se de uma noção restrita, posto que a autora considerou “perigosos” somente os indivíduos que haviam “escolhido” uma estratégia de sobrevivência à margem da lei.

Walter Benjamin na obra *Passagens*, em forma de anotações esporádicas, cita trechos sobre os estereótipos que a classe dominante e o Estado, ao longo da história do capitalismo, imputaram aos pobres em geral. Este autor, que dedicou-se a estudos que reportam a autores do século XVIII e XIX, retrata a miséria e a decadência nas ruas das grandes cidades. Tal decadência era representada pela presença de sem tetos, adultos ou crianças, prostitutas, catadores de papel etc.

Na perspectiva da transformação social, vários autores buscaram analisar o significado da condição aviltante destes grupos que povoam as cidades modernas. Assim, a partir da interpretação de textos escritos por Marx (1978), alguns estudiosos, analisaram os chamados *lumpemproletários* como indivíduos que sobrevivem na marginalidade e que, mesmo não possuindo renda alguma, também não se dispõem a vender sua força de trabalho no mercado. Seriam indivíduos considerados “perigosos”, destituídos de honra e de valores e que, por isso mesmo, poderiam servir aos caprichos da classe dominante, fazendo o jogo da repressão frente aos movimentos revolucionários, já que estariam privados de qualquer potencialidade revolucionária.

Benjamin, todavia, ressalta os preconceitos, os estereótipos e a violência contra os trabalhadores pobres ou desempregados das cidades. Vejamos suas anotações de pesquisa sobre a cidade de Paris do século XIX, período da comuna ou *Insurreição de Junho*: *Bastava ter a aparência de pobre para ser tratado como um criminoso. Naqueles dias, inventou-se o que se chamaria ‘perfil do insurrecto’, e qualquer um que tivesse essa aparência era preso.* (2007, p. 648). Citando Eugène Buret, na obra *La misere des classes Laborieuses*, suas anotações dão conta do pensamento dominante da época, cuja expressão poderia ser percebida na indiferença do chefe de fábrica para quem os operários

não passavam de instrumentos rebeldes e menos econômicos que as ferramentas de ferro e de fogo. Benjamin demonstra que sua obra não separa rigidamente ficção e estudos teóricos. Suas citações transitam entre Victor Hugo, Balzac, Rousseau, Engels e Marx etc, o que demonstra seu interesse em captar nas obras clássicas aspectos da degradação da vida sob o capitalismo.

Diríamos que essa degradação das condições de vida não foi superada na contemporaneidade. As novas tecnologias, as mudanças no mundo do trabalho, a hegemonia do capital financeiro, nada disso alterou o implacável processo de violência contra os trabalhadores. Se as condições reais de vida não se transformaram, tampouco houve transformação no imaginário dos grupos ou das classes que compõem essa sociedade. Desse modo, o conceito de “classes perigosas” não se extinguiu. Ele está presente nas práticas de diferentes setores sociais - mídia, escola, igrejas – e ainda constitui categoria de análise que pressupõe a intervenção de autoridades que lidam com a justiça, com os meios de comunicação, com a execução de medidas sócio-educativas, enfim dos “gestores” dessa sociedade, os quais se limitam a garantir os mecanismos de reprodução das desigualdades que, produzidas no âmbito da economia, tornam-se culturais e política.

Quais seriam, nos tempos atuais, os grupos que os setores dominantes da sociedade consideram perigosos? Poderíamos dizer que continua a ser os pobres em geral (sem terra, sem teto, desempregados, subempregados, moradores de rua, catadores de papel etc.). No entanto, dentre os pobres existem os menos conformados, os rebeldes, como, crianças, adolescentes e jovens que, aos olhos da classe dominante, deveriam permanecer segregados em suas periferias. Teimam, todavia, em invadir áreas consideradas “nobres” e expor suas misérias. A mera aparição destes indivíduos constitui-se agressiva aos olhos de setores da população. Outras vezes estes jovens agredem literalmente, praticando ações que servem para corroborar o antigo conceito formulado sobre o perigo que representam.

Mas de onde viria toda essa violência praticada pelos jovens e contada em “verso e prosa” pelos noticiários ou até a que assistimos “ao vivo” nas ruas de nossas cidades? Seria correto imaginar uma “natureza humana” fria e cruel que de forma não menos cruel seria constituinte da essência dos pobres, posto que são eles os sujeitos preferenciais que praticam tais barbaridades? Basta estender um pouco o nosso olhar sobre as condições de vida das crianças e adolescentes, filhos de trabalhadores pobres, para percebermos que não há uma maldade intrínseca que integra a natureza destes jovens. Ao invés disso, é

preciso compreender a violência que engendra suas existências desde muito cedo, uma violência que, produzida pelas injustiças desse modelo de sociedade, atinge o mundo adulto que as reproduz em forma de inúmeras agressões contra as crianças e os adolescentes. É claro, também, que a reprodução dessa violência não ocorre apenas contra os pobres, ela abarca o conjunto das relações sociais. Mas, são as crianças dessa classe numericamente superior que irão sofrer as maiores conseqüências dessa cultura da barbárie.

Os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional com a proposta de rebaixamento da idade penal, os discursos inflamados da mídia sempre que um crime é cometido por adolescente das classes pobres e, em contrapartida, o silêncio em relação à violência dos extermínios dos quais são vítimas os adolescentes pobres (e negros) das periferias, dentre outras modalidades de violência, subjazem à idéia de que é necessário punir cada vez mais e que não existe solução para além da repressão. Tais projetos reafirmam que os pobres, especialmente aqueles que romperam o pacto “sagrado” trabalho, família, moralidade, religião, rompendo conseqüentemente com o conformismo, merecem e precisam ser punidos. Esse discurso proferido ora pelos políticos profissionais ora pela mídia e reproduzido até mesmo por profissionais da educação, é uma construção social que, embora se apresente atual, pode ser identificada em suas raízes, segundo Castel (1999), nas sociedades pré-industriais, quando a questão social levantada pela indigência válida e móvel não poderia ser tratada senão como uma questão de polícia.

Por detrás de toda a fúria contra os jovens pobres, considerados vagabundos, pivetes, reside o medo daqueles que nada têm a perder. Parafraseando Marx, *eles nada têm a perder a não ser seus grilhões*. Quem nada tem para preservar pode querer apropriar-se de todas as riquezas produzidas e, por que não, desenvolver a consciência da necessidade de transformação social? Castel (1999) relata uma espécie de fantasmática do perigo, representada pelas revoltas populares desencadeadas ao longo do século XIX na França. Também no século XX, no Brasil, é marcante o papel desempenhado por movimentos sociais, cujos integrantes foram grupos de trabalhadores desempregados ou adolescentes abandonados, a exemplo do movimento dos sem terra e das revoltas dos internos da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM que marcaram as décadas de 80 e 90. Estes movimentos tiveram por protagonistas os que nada têm a perder e por isso mesmo, fizeram emergir medo e repressão ao mesmo tempo.

Se os jovens pobres de nossas cidades são tratados como bandidos antes mesmo de qualquer julgamento oficial, aos jovens das classes médias e altas que

“ocasionalmente” cometem atos infracionais ou crimes quando maiores de 18 anos, pelo contrário, toda a tolerância parece ser pouca. Talvez isso se deva ao fato de que sua aparência não inspire medo, ou ao fato de não possuírem “jeito” de quem venha a ameaçar a ordem. Suas ações, mesmo quando criminosas, como nos casos em que se embriagam e atropelam pessoas, ou quando até mesmo por “farra” resolvem atear fogo em moradores de rua ou então, espancar uma mulher qualquer, empregada doméstica ou prostituta, são consideradas apenas travessuras. Tratados como adultos infantilizados por suas “famílias estruturadas”, possuem endereço fixo, estão matriculados em excelentes escolas ou faculdades, diferenciam-se dos garotos da periferia, são obedientes, reproduzem fielmente os valores transmitidos por suas famílias e demais integrantes de sua classe. O desprezo que demonstram sentir pela *condição humana* do Outro é uma mera repetição daquilo que aprenderam observando as práticas cotidianas de seus pais, dos adultos que fazem parte do mundo deles.

A idade penal foi rebaixada de 14 para 09 anos de idade no Código Penal brasileiro de 1890. Segundo Rizzini (2009), a despeito das críticas de juristas, médicos, filantropos que afirmavam que o novo Código não dava solução integral ao problema da criminalidade dos menores, posto que mesmo numa época de avanço da ciência, privilegiava-se a repressão e não a educação, até o século XX, quando foram dados passos decisivos rumo ao Código de Menores, não houve nenhuma mudança significativa na legislação. Nos anos posteriores, o debate e as leis seguiram paralelamente – voltados, por um lado, à infância desvalida e, por outro, aos delinqüentes. Para a autora, houve, nessa época, um crescimento da preocupação com a criminalidade infantil em âmbito internacional, sendo objeto de considerações especiais nos congressos sobre Direito Criminal. A legislação desse período refletia o temor da sociedade com o crescimento dos crimes cometidos por crianças e jovens. Foram, portanto, intensificadas as tentativas de regularizar a situação do recolhimento de crianças nas colônias correccionais.

A relação dialética entre delinqüentes x desvalidos, que se expressa no conteúdo das leis e decretos para crianças e adolescentes no Brasil do final do século XIX e início do século XX deixa claro que o foco da preocupação eram os indivíduos das classes populares. As representações, as imagens do perigo estavam voltadas para as crianças pobres, geralmente negras ou mestiças. Da mesma forma, as propostas de rebaixamento da idade penal que tramitam e são defendidas por setores da sociedade brasileira, ainda é o conceito de “classes perigosas”. Daí, porque mesmo quando maiores de 18 anos, os jovens das classes privilegiadas que cometeram crimes são tratados com uma

condescendência que não se observa no tratamento dos demais grupos sociais, mesmo quando ainda crianças e adolescentes.

Não queremos com estes argumentos justificar os atos infracionais cometidos por adolescentes de qualquer segmento ou classe social, mas sim refletir sobre as conseqüências para o conjunto da sociedade de análises parciais que focadas nos segmentos empobrecidos deixam de lado uma questão essencial para a formação dos valores das novas gerações – a indignação contra as injustiças. Esse valor esquecido, pautou nas décadas de 60 do século XX as ações do movimento estudantil, por meio do conhecido Projeto “de pé no chão também se aprende a ler”, idealizado por Paulo Freire no nordeste brasileiro. No entanto, os movimentos que hoje, abstratamente defendem a chamada “cultura da paz”, organizados por setores das classes médias nunca se solidarizam com os anônimos, em sua maioria jovens, mortos nas chacinas que atingem os moradores da periferia, ao mesmo tempo que não deixam de *condenar* e clamar por rigor na punição quando estes jovens praticam violência.

Mas, se assistimos sem nos chocar (ou nos mobilizar) a ações que vão desde a fome ao extermínio dos pobres, bandidos ou não, estamos implicitamente concordando que a resolução dos conflitos se dê a partir do uso arbitrário da violência. As conseqüências dessa escolha, que é política, contribuem para reproduzir infinitamente a violência. Como retratou *Victor Hugo*, no trecho reproduzido na epígrafe deste artigo, o ódio contra a sociedade, depois contra a humanidade que se forja na alma daquele que sofre injustiça se traduz por um incessante e brutal desejo de fazer mal, seja a quem for, a um ser vivo qualquer. Esse é o ponto de partida para refletirmos sobre a conduta dos adolescentes autores de atos infracionais. Além disso, resta-nos compreender que, a construção de uma sociedade não violenta pressupõe o fim das desigualdades sociais. No contexto da miséria, a paz é uma farsa e a própria violência é uma expressão da miséria.

BIBLIOGRAFIA

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUGO, Victor. *Os miseráveis*. Tradução: Regina Célia de Oliveira, vol. I, São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIZZINI, Irene. “Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil”. In: RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

A práxis revolucionária de Rosa Luxemburgo

Resenha: VIANA, Nildo. *Rosa Luxemburgo e a Autogestão Social*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013

Gabriel Teles Viana*

O resgate do pensamento de uma revolucionária que, por toda a sua vida, ansiou a coerência da proposição marxista de autoemancipação proletária e o incessante rigor entre os meios para se chegar a um fim revolucionário, já é um fato elogiável. No entanto, o livro “Rosa Luxemburgo e a Autogestão Social”, de Nildo Viana, vai além e nos possibilita refletir sobre a totalidade do pensamento de Rosa Luxemburgo e compreender a inserção de sua obra no contexto onde a intensificação da luta de classes gerou históricos avanços (e no caso do pseudomarxismo e sua prática, retrocessos) sobre a questão da auto-organização da classe trabalhadora e sua teorização. É nesse sentido que o objetivo do livro perpassa as contribuições e limites do pensamento da Rosa Luxemburgo para a teoria da Autogestão Social – que na abordagem de Karl Marx refere-se ao comunismo, ou seja, “livre associação dos produtores” ou “autogovernos dos produtores” (MARX, 2008).

O autor inicia o livro apresentando a importância das reflexões de Rosa Luxemburgo para a luta dos trabalhadores ao longo de sua produção intelectual e política. O período em que Rosa Luxemburgo viveu e produziu, reflete, sem dúvidas, em seu pensamento. A instauração do regime de acumulação intensivo em detrimento ao extensivo (VIANA, 2009) expressa uma nova configuração da luta de classe, onde a organização do trabalho apreende uma conformação científica (taylorismo) possibilitando maior extração de mais-valor relativo, ancorada no Estado liberal-democrático e no imperialismo financeiro. Viana demonstra que

Essas mudanças significam que o movimento operário revolucionário, depois da derrota da Comuna de Paris, foi obliterado e em seu lugar emergiram os partidos políticos, sindicatos e outras instituições, que ganharam proeminência, realizando uma mediação burocrática entre classes exploradas e aparato estatal. É nesse contexto que emergem os partidos socialdemocratas e que Rosa Luxemburgo irá iniciar e realizar sua luta política (p. 15)

É por este motivo que posteriormente o autor vai afirmar que a vida de Rosa Luxemburgo se mescla com o processo de desenvolvimento capitalista e luta de classes,

* Gabriel Teles Viana é graduando em Ciências Sociais pela UFG, pesquisador do Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade (GPDS) e autor de artigos em revistas de opinião e acadêmicas.

no sentido que, no processo de institucionalização do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) e em sua aceitação revisionista, Luxemburgo começa a romper com estas alas reformistas em coerência com um dos fundamentos de seu pensamento que irá levar consigo por toda a sua vida: o rigor entre meios e fins. A unidade entre meios e fins, como já dissemos, perpassa por toda a sua obra, no entanto, começa a amadurecer em seu embate teórico com o reformista socialdemocrata alemão Bernstein. A partir de uma revisão da teoria marxista, Bernstein compreende que é exequível a chegada ao socialismo através de reformas graduais e estruturais no capitalismo. No entanto, Rosa Luxemburgo o responde publicando o livro *Reforma ou Revolução?* onde clarifica a sua tese da unidade entre meios e fins, invertendo a fórmula bernsteniana (“o movimento é tudo, o objetivo é nada”): o movimento é nada, o objetivo é tudo.

Ora, o objetivo final do socialismo é o único elemento decisivo na distinção do movimento socialista da democracia burguesa e do radicalismo burguês, o único elemento que, mais do que dar movimento operário a tarefa inútil de substituir o regime capitalista para salvar, trava uma luta de classe contra esse regime, para o destruir; posto isto, a alternativa formulada por Bernstein: ‘reforma social ou revolução’, corresponde para a socialdemocracia a questão: ser ou não ser” (Luxemburgo, 1986, p.24).

Portanto, é fundamental para Rosa Luxemburgo a coerência entre meios e fins.

Impera-se agora compreender quais são os meios adequados propostos por ela para se chegar ao fim almejado, ou seja, o socialismo (portanto, autogestão social). O autor, em capítulo chamado “*Meios: espontaneidade, greves e conselhos operários*” fornecerá os escritos de Luxemburgo onde ela debruça-se sobre a questão dos meios para a realização da revolução proletária. “Se o fim é uma sociedade autogerida pelos próprios trabalhadores, então o meio só pode ser a luta dos trabalhadores” (p. 33). Portanto, Viana demonstra que o eixo fundamental de Rosa Luxemburgo é a autoemancipação proletária para se pensar o objetivo final que é o comunismo. Resgata-se a tese de Marx que a emancipação dos trabalhadores será feita pelos próprios trabalhadores. É por isso que Luxemburgo dará importância para as experiências históricas dos trabalhadores para se compreender o seu potencial revolucionário e a ação política independente de classe do proletariado. O seu entendimento é que a autoatividade dos trabalhadores é um elemento fundamental para o processo revolucionário, expressando o caráter de espontaneidade das lutas. Por consequência, a greve geral terá grande respaldo nas obras de Luxemburgo como um meio autêntico de luta no processo revolucionário.

A sua concepção de greve de massas é resultado da ideia de espontaneidade revolucionária, pois enxerga essa como atividade autônoma das massas e não como algo produzido exteriormente, produto de “espíritos inventivos”. [...] E

foi por se fundamentar na ideia de espontaneidade revolucionária, na autoemancipação do proletariado, que, posteriormente, ela defendeu o governo dos soviets na Rússia e também na Alemanha. (p. 37)

No final de sua vida, houve a emergência dos conselhos operários (soviets). Infelizmente, devida a sua morte precoce, não houve tempo de vê-los florescer e teorizá-los, ficando para os comunistas de conselhos (Pannekoek, Ruhle, etc.) levar adiante a ideia de autoemancipação proletária e reconhecer os conselhos operários como autênticas formas para se pensar a organização do processo revolucionário.

Em outro capítulo, intitulado “*A crítica da socialdemocracia e do bolchevismo*”, Nildo Viana nos fornece a visão crítica de Rosa Luxemburgo ante aquilo que Korsh (2008) chamará de transformação da teoria marxista em ideologia (pseudo)marxista. Se existem meios adequados para almejar a autogestão, há também meios inadequados e ideológicos e que devem ser combatidos. Estes meios, que são o reformismo e o bolchevismo, são alvos de críticas por parte de Rosa Luxemburgo. Ela combaterá frontalmente as teses de Bernstein que acreditava chegar ao socialismo através de reformas sociais ou meios legais; para ele os sindicatos, as reformas sociais e a democratização política do Estado tem papel fundamental nos processos de progresso até o socialismo. No entanto, Luxemburgo demonstra que os sindicatos possuem, no fundo, apenas um papel de negociar o valor de mercadorias e a impossibilidade das reformas sociais como progresso ao socialismo, pois para ela, a base desta ideologia é a ideia de um “[...] desenvolvimento objetivo tanto na propriedade capitalista (que se democratizaria através das cooperativas) quanto do Estado (através de conquistas do parlamentarismo e da socialdemocracia) [...] estaria num estágio incipiente e se desenvolveriam até chegar ao ideal que dele fazia Bernstein” (p. 44). Contudo, esta proposição é inaplicável ao modo de produção capitalista, pois o que ocorre é justamente o contrário e não o desenvolvimento da propriedade que culminaria na apropriação coletiva que transformaria o proprietário em administrador. Além disso, o estado não é neutro, representa determinados interesses da classe dominante; é um estado classista, segundo Rosa Luxemburgo. (LUXEMBURGO, 1986). A crítica ao bolchevismo, que também aplica-se à socialdemocracia, refere-se a questão da burocratização e aquilo que ela chamará de “reino dos chefes”. Como já exposto, Luxemburgo compreende que a emancipação dos trabalhadores é feita pelos próprios trabalhadores, portanto não são intelectuais ou “chefes” que irão dirigir o processo revolucionário, mas sim os próprios trabalhadores. É por este motivo que Rosa Luxemburgo vai entrar em um debate polêmico

com Lênin devido à relação de dirigentes e dirigido, o que provocaria uma obliteração no movimento real do proletariado. Segundo ela,

Nada poderia submeter mais um movimento operário ainda tão jovem e uma elite de intelectuais ávidos de poder, que essa couraça burocrática que o aprisiona para reduzi-lo a um autômato manejado por um “comitê”. E, pelo contrário contra as manobras oportunistas e as ambições pessoais, não existe garantia mais eficaz que a atividade revolucionária autônoma do proletariado, graças à qual adquire o sentido de suas próprias responsabilidades políticas (LUXEMBURGO apud. VIANA, 2012).

Por fim, no último capítulo, Nildo Viana reflete sobre o significado e o destino da obra de Rosa Luxemburgo. Ele atenta-se para algumas imprecisões no pensamento dela, dando brechas para apropriações indevidas tanto da socialdemocracia quanto pelo bolchevismo e a não percepção do surgimento de uma nova classe social, a burocracia, o que poderia ter complementado e efetivado a crítica ao bolchevismo de forma plena. No entanto, estas observações não ofuscam o valor teórico e o avanço real que Viana fornece ao pensamento de Rosa Luxemburgo para pensar a autogestão social. A contribuição de “*Rosa Luxemburgo e a Autogestão Social*” de Nildo Viana está em compreender a totalidade do pensamento de Rosa Luxemburgo numa perspectiva revolucionária, como um grande aporte para o avanço das lutas dos trabalhadores.

Referências Bibliográficas

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. In: *A revolução antes da revolução, vol. II*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *Rosa Luxemburgo e a Autogestão Social*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013.